

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA  
EM VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.** -----

----- **ATA NÚMERO TRINTA E UM** -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rosa

Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Isabel Cristina Rua Pires, João Diogo Santos Moura, Margarida Mota, Luis Graça Gonçalves, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Nuno Ferreira Pintão, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo e José do Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, Davide Miguel Santos Amado, Natacha Amaro e Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Ricardo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Rita Neves (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Mota.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Pintão.-----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata.-----

----- Miguel Tiago Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Gomes.-----

----- José Manuel Marques Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Maria Luísa Aldim (CDS-PP), entre 2 e 27 de junho de 2014, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Diogo Moura.-----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos.-----

----- Daniel da Conceição Gonçalves da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, por um dia, tendo sido substituído por José Pedro Rebelo.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado, Duarte Cordeiro, Graça Fonseca, Catarina Vaz Pinto, Jorge Máximo, José Sá Fernandes, João Afonso e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e António Prôa. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Como sabem esta Reunião é a continuação da Sessão Ordinária, que nós começámos há uma semana, e temos no princípio da sessão três importantes petições apresentadas por munícipes e que têm que ser debatidas em Plenário.-----

----- A Mesa está aguardar que os Senhores Deputados Municipais ocupem os seus lugares! Muito bem, enquanto os Senhores Deputados Municipais estão a pensar se se sentam ou não a Mesa dá alguns avisos que gostaria de dar.-----

----- Lembrar que hoje, às 6 horas da tarde, teremos a última sessão do nosso Debate Temático Sobre os Transportes em Lisboa, hoje é expressamente sobre os desafios para a cidade de Lisboa e temos como dois convidados dois protagonistas desta história que são nomeadamente o Senhor Secretário de Estado dos Transportes e o Senhor Presidente da Câmara, portanto, a partir das 6 horas da tarde já não podemos estar a continuar esta Sessão, porque entramos no Debate Temático, uns minutinhos antes das 6 horas teremos que abandonar os nossos lugares para preparar a sala para o Debate Temático e temos já uma vasta lista de inscrições para esse Debate.-----

----- Todas as pessoas estão convidadas, naturalmente, a assistir ou a acompanhar *online* esse Debate sobre os Transportes em Lisboa que, repito, tem como oradores o Senho Presidente da Câmara e o Senhor Secretário de Estado dos Transportes.-----

----- No início da nossa Sessão de hoje temos três petições e eu, antes de falarmos sobre as petições, queria também anunciar e lembrar os Senhores Deputados Municipais que continuamos com o nosso Ciclo de Cinema dos 40 anos do 25 de Abril, que na próxima quinta-feira às 9h30m temos mais uma sessão aberta e gratuita.-----

----- Desta vez é um filme do Alberto Seixas Santos chamado “Gestos e Fragmentos” e temos como convidados especiais a Diana Andringa e o Otelo Saraiva de Carvalho, portanto, independentemente das convicções de cada qual seria interessante ver alguns dos Senhores Deputados Municipais presentes para cumprimentarmos esse homem, que foi de facto um grande protagonista do 25 de Abril, isto passa-se quinta-feira às 21h30m e a quem nos estiver a seguir estão também convidados para poderem assistir ao filme, que é um filme bastante interessante.-----

----- Quanto às petições, deram entrada na Mesa três petições, a petição que vai ser debatida em primeiro lugar é a Petição n.º 3: “Contra a retirada da Calçada à Portuguesa da cidade de Lisboa.”, e que tem um grande número de assinaturas, que eu já digo quantas são, que tem aqui uma quantidade grande de assinaturas... Peço desculpa mas não tenho isto por ordem aqui, a Petição n.º 3, estamos a falar de uma petição que tem mais de mil e quinhentas assinaturas, mas eu não tenho aqui essa informação, pronto, estou a ver, tem mil e vinte e três assinaturas acompanhadas do cartão de cidadãos e mais mil e trezentas e setenta e três sem essa indicação, seja como for o número de assinaturas exigido para poder ser discutida em Plenário da Assembleia é apenas duzentos e cinquenta, portanto está claramente preenchida essa

condição e nós vamos então discutir o Ponto nº. 1 da Ordem de Trabalhos, a Petição nº.3.”-----

----- **Petição nº. 3 – Contra a retirada da Calçada à Portuguesa da Cidade de Lisboa;**-----

----- (O Texto da Petição nº3 fica anexado a esta Ata como anexo 1 e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da Sétima Comissão relativamente à Petição nº 3 fica anexado a esta Ata como anexo 2 e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da Oitava Comissão relativamente à Petição nº 3 fica anexado a esta Ata como anexo 3 e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Como sabem, o nosso Regimento prevê que para a discussão das petições que vêm a plenário os primeiros subscritores são convidados a intervir durante dez minutos. Temos inscrito o Senhor Tiago Abreu para intervir, depois disso eu irei dar conhecimento dos pareceres das Comissões, há um parecer da Sétima Comissão, que é a Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto e um parecer da Oitava Comissão, que é uma Comissão sobre Mobilidade e Segurança, portanto, estas duas comissões apreciaram a petição e vamos ver a que conclusões é que chegaram os seus pareceres para saber quais as conclusões que tiramos hoje dos nossos trabalhos.-----

----- Pergunto se o Senhor Tiago Abreu está em condições de vir ao palco e explicar aqui ao nosso primeiro peticionário que nós temos aqui uns relóginhos para controlar o tempo. Senhor Tiago Abreu muito boa tarde, muito obrigada pela vossa iniciativa, explicar que temos aqui uns relóginhos para controlar o tempo e quando estiver próximo do fim eu faço um sinalzinho para saber que está na vez de passar à conclusão. Tem então a para o Senhor Tiago Abreu, primeiro subscritor da Petição nº. 3, sobre a Calçada à Portuguesa na cidade de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Tiago Abreu:**-----

----- “Ora então muito boa tarde. Muito boa tarde à Presidente desta Assembleia, muito boa tarde às Senhoras e Senhores Deputados Municipais, muito boa tarde também aos Senhores Vereadores aqui presentes e já agora também um cumprimento especial também às restantes pessoas aqui presentes.-----

----- O meu nome é Tiago Abreu e represento aqui a Associação MyiArts, entidade de apoio às artes e cultura, venho aqui a esta Assembleia com o propósito de defender não só a petição criada por esta Associação mas também defender a Calçada Portuguesa, algo que faz parte da nossa cultura e em particular da cultura lisboeta.-----

----- Relembro que foi aprovado a 18 de fevereiro, nesta mesma Assembleia Municipal o Plano de Acessibilidade Pedonal, uma iniciativa que previa a aplicação de 100 medidas até 2017 com vista a facilitar a mobilidade em Lisboa, nós, MyiArts conscientes destes problemas apoiamos estas acções que vão sem dúvida melhorar a vida de quem mais precisa, iniciativas como a criação de passadeiras, ciclovias e rebaixamento de passeios são de aplaudir, apesar de pecarem por tardios, como foi conformado pelo Coordenador desta equipa, deste Plano, aliás, Pedro Homem de Gouveia, no evento Lab Lx na Freguesia de Campo de Ourique.-----

----- Deste modo consideramos que os anos 90 seriam os ideais para dar início e esta implementação de estratégias dadas por este Plano, até porque as indicações dadas pela União Europeia e pela UNESCO na altura iam a favor disto mesmo.-----

----- Ora, retirar a Calçada Portuguesa da nossa Cidade é de facto algo que não tem explicação por diversos motivos, além do Plano ser efectivamente aprovado já se verificava a retirada da calçada em vários pontos da cidade, aliás, numa notícia publicada no Jornal O Público, da data de 8 de março a justificação apresentada por Nuno Nave é que esta iniciativa tratava-se de testes que não estão previstos no Plano e eu pergunto, então andamos a fazer testes com aquilo que é de todos e de cada um por direito próprio? E neste caso particular algo que já faz parte da nossa história, do traço da personalidade da nossa Cidade e mais um produto português que é transportado pelos 4 cantos do mundo, tendo um atractivo turístico que gera uma valiosa receita não só para a cidade mas também para os seus comerciantes, é de lamentar esta ideia, por tudo isto somos assumidamente contra a retirada da Calçada Portuguesa, realizar algo que melhora a vida das pessoas, da cidade e até do país, pode muito bem ser feito ou podia ser feito ao longo dos últimos 20 anos, com toda a calma e ponderação e não à pressa até 2017.-----

----- Estamos a falar de três anos, temos o Plano de facto mas falta a estratégia e a lógica, já para não falar da noção. É natural que em algumas zonas da cidade em que se vêem empedrado mal feito se deva fazer a sua substituição por um piso adequado, já que chamar àquilo de calçada é de facto uma ofensa, desta for a MyiArts na qualidade de Associação Internacional das Artes e Cultura acredita que uma medida como esta é inaceitável pois vai contra a preservação do património cultural da cidade de Lisboa, por isso criámos esta Petição para impedir que o pavimento tradicional seja retirado. A Calçada Portuguesa é parte da nossa história, na nossa cultura e revela, lá está, um traço da nossa personalidade, deve por isso ser criada a implementação de mecanismos que preservem este pedaço da história para que quem visita a nossa Lisboa possa admirar mas também as novas gerações não percam o amor que têm por aquilo que é seu por direito próprio!-----

----- A solução passa por isso por fomentar um espírito cultural em Lisboa e estas ideias que fazem parte deste espírito cultural que queremos que esta cidade tenha foram bem acolhidas pelas Comissões na última reunião. Primeiro que tudo a Câmara Municipal de Lisboa tem que fazer o pedido à UNESCO para que a Calçada seja considerada Património da Humanidade; à imagem do que fez, e bem, com o Fado. Segundo consta está integrado numa proposta sobre os Bairros Lisboetas, fantástico!--

----- Depois a Câmara Municipal tem uma Escola de Calceteiros onde se contam pelos dedos de uma mão os mestres que esta instituição tem, como tal Lisboa podia ser muito bem um exemplo de inclusão pela arte e pela cultura no país e no mundo ao criar desta forma postos de trabalho e com vista à preservação, manutenção e a requalificação da Calçada Portuguesa, ao invés de contratar empresas privadas, que na maior parte das vezes não fazem um trabalho digno desse nome! Esta medida levaria invariavelmente à redução de despesa até porque quando a calçada é bem-feita as pedras não saltam, as pessoas não caem nem as senhoras de salto alto escorregam!-----

----- Sabendo-se que temos uma cidade envelhecida e que já tem um número significativo de cidadãos com dificuldade em andar não somos desumanos ao ponto de não dar importância a este aspecto, que é deveras importante, até porque o presente destas pessoas pode muito bem ser o meu futuro amanhã, deste modo e como já temos bons exemplos da cidade e até no mundo, onde a calçada é replicada, pode haver uma convivência saudável entre a cultura, ou seja, a manutenção da calçada e a preocupação cívica e social, introduzindo corredores com outro tipo de pedra ao longo da calçada, é a nossa solução para que também estas pessoas cheguem onde querem ao mesmo tempo que usufruem da cultura que esta cidade oferece! Este tipo de soluções podem ser vistas, por exemplo em Belém, na Baixa Pombalina, um pouco pela Europa Central e também de Leste, a título de exemplo.-----

----- Sabendo-se que a Calçada Portuguesa é um atractivo turístico e que representa para além da nossa história o traço da nossa personalidade não faz qualquer tipo de sentido retirar este pedaço do nosso património da vista e da vida de cada um! Estamos a falar que algo que é ímpar no mundo!-----

----- Por fim quero aqui colocar algumas questões, que garantias temos nós que este Plano fará com que a Calçada só será retirada em alguns locais? Até porque já antes vínhamos a verificar que havia sido retirada antes mesmo do Plano ser provado, como é o caso da Rua da Victória na Baixa, em que pessoas chegam a cair com este novo piso, quando caem.-----

----- Depois eu quero que Lisboa continue a ser conhecida como a Cidade das Sete Colinas e não das sete ribeiras, resta por fim referir que nada me move nem ao MyiArts, a associação que aqui represento, contra a Câmara Municipal de Lisboa, mas convenhamos que retirar este pedaço de história que não queremos que passe a ser uma breve memória, lamento mas não aceitamos! Apostar na manutenção e na requalificação, bem como na elevação a Património da Humanidade, isso sim é de aplaudir! Apostar e apoiar, pois também visa a criação de postos de trabalho futuros que podem impulsionar muito bem a economia local e nacional!-----

----- Deste modo despeço-me com o lema “Não façam as pedras da calçada chorar!”. Muito obrigado pela atenção e boa tarde.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Muito obrigada Senhor Tiago Abreu, eu ia-lhe pedir já agora o favor se entregava a sua intervenção para podermos ficar com uma fotocópia para facilitar depois, alguém aí dos serviços lhe vai fazer isso.-----

----- Senhores Deputados Municipais nós temos dois Pareceres da Sétima e da Oitava Comissão. O Parecer da Sétima Comissão é subscrito pelo Senhor Deputado Municipal Relator Sobreda Antunes e o parecer da Oitava Comissão pelo Senhor Deputado Municipal João Pinheiro. Eu ia pedir aos Serviços para darmos a palavra aos Senhores Deputados Municipais Relatores perguntando se querem apresentar sucintamente os respectivos pareceres.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes está-me a fazer sinal que não, suponho que o telefone não está a funcionar, muito bem. De qualquer maneira se não vai intervir e usar da palavra a Mesa vai distribuir pelos representantes as conclusões

deste parecer que eu passo muito rapidamente a enunciar, são as conclusões do Parecer da Sétima Comissão, passo muito rapidamente a enunciar: no final do ser parecer, que é um parecer extenso e que irá ser disponibilizado no *site*, no final deste parecer a Assembleia Municipal e, portanto, a Comissão propõe que a Assembleia Municipal delibere as seguintes recomendações: 1.º- Inventariar e conservar num único local, com condições de preservação adequadas, todos os moldes e desenhos de Calçada Artística da Cidade de Lisboa; 2.º- Revitalizar a Escola Municipal de Calceteiros; 3.º- Solicitar aos Senhores Presidentes de Junta que procedam à inventariação e georreferenciação das zonas de Calçada artística nos seus territórios, identificando as que já constam da definição das zonas estruturantes da cidade e aquelas cuja manutenção se encontra na esfera de competências das freguesias; 4.º – Reforçar a qualidade da conservação e manutenção da Calçada Artística e da restante calçada com recurso a pessoal especializado e adequadamente formado; 5.º- Identificar as zonas que pela sua inadequação à garantia da mobilidade de todos os cidadãos se justifica a substituição por pavimento alternativo; e 6.ª e último – Diligenciar junto de entidades competentes pelo processo de candidatura junto da UNESCO dos bairros históricos da Cidade de Lisboa a Património da Humanidade na categoria de Paisagem Cultural Urbana, o enquadramento específico da Calçada à Portuguesa enquanto traço caracterizador a realçar na candidatura. -----

----- São estas as recomendações, nós vamos agora ver qual é o debate das várias forças políticas sobre a Petição e a intervenção que foi feita pelo Senhor Primeiro Peticionário e depois estas recomendações, ou mais alguma que possa surgir no debate serão postas à vossa consideração e votação, quanto ao Parecer da Sétima Comissão, que é a Comissão de Cultura.-----

-----Temos também um parecer da Oitava Comissão, a Comissão de Mobilidade e Segurança que também apreciou esta Petição e eu pergunto ao Senhor Deputado Municipal Relator João Pinheiro se quer apresentar, Não? Muito bem.-----

----- O vosso parecer não inclui, digamos assim, as recomendações nas conclusões, faz uma conclusão muito sucinta a dizer que está em condições de ser apreciada em plenário, mas tem uma série de recomendações, e eu gostaria de chamar a atenção para elas, que constam do parecer, portanto, de qualquer maneira basicamente as recomendações que a Sétima Comissão faz em primeiro lugar diz que não há nenhuma medida orientada para a retirada generalizada do pavimento da Calçada Portuguesa da cidade de Lisboa; diz “Não obstante deve reconhecer-se a existência de factores reais que condicionam a utilização indiscriminada deste tipo de revestimento, tais como a limitação da matéria-prima de pedra calcária e o incremento de custo na sua aquisição, o recurso a pessoal não qualificado para assentamento das pedras, erosão rápida provocada por goteiras e estacionamento ilegal, pendência da falta de reparação dos passeios, incómodos causados aos peões, especialmente os de mobilidade reduzida, risco de perda de identidade e descaracterização do mosaico da cidade, desarticulação da gestão dos moldes da calçada, inexistência até à data do mapeamento das áreas a preservar bem como de articulação das superfícies contíguas”. “Há uma certa confusão,” diz ainda o Parecer, “entre calçada artística e

calçada mal aplicada ou deficientemente mantida o que pode gerar a manutenção de situações que criam barreiras físicas à mobilidade e prejudicam as pessoas com potencial de locomoção mais debilitado.”, e chama ainda a atenção que “a manutenção de superfícies não transitáveis por peões pode configurar uma violação de normas legais injuntivas e conseqüentemente fundar a accionamento de responsabilidade civil quando as pessoas sofram danos ou prejuízos por esta conformidade” e de qualquer modo dizem que “todas estas condicionantes não devem relativizar os méritos de opção por este revestimento nas zonas que o justifiquem e referem-se especificamente aos seguintes atributos da Calçada: identidade histórica e social; singularidade estética e aproveitamento de luminosidade; potencial de sustentabilidade para revestir o solo; capacidade de escoamento de águas residuais; reforço da candidatura do Centro de Lisboa a Património da Humanidade e preservação de um factor de difusão da cultura portuguesa. Deve então, portanto, prosseguir-se o enquadramento institucional desta matéria, o envolvimento das Universidades para estimular o estudo e investigação, também se revela oportuno o reforço de meios da escola de calceteiros e a edição de publicações sobre a Calçada à Portuguesa.”. -----

----- Por fim reforça-se “a necessidade de implementar um modelo de articulação entre o Município e as Juntas no que diz respeito à participação conjunta na manutenção ou criação de zonas de Calçada Artística na Cidade.”. Esta questão é muito importante, para as pessoas exteriores eventualmente não se percebe muito, mas como há uma grande partilha de competências entre a Câmara e as Freguesias em matéria de Calçada, é necessário que esta articulação seja feita, senão anda cada qual para seu lado a fazer de maneira diferente matérias que são tão importantes.-----

----- Posta esta ligeira introdução a Mesa vai dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais que se inscreveram para usar da palavra neste tema.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP):** -----

----- “O CDS gostaria de em primeiro lugar congratular os lisboetas por cada vez mais não se limitarem a terem simplesmente opinião sobre os assuntos que os afectam diariamente e directamente, mas a promoverem iniciativas de cidadania, como é o caso das petições.-----

----- Depois e sobre o assunto em apreço reiterar o apoio dado em votação ao Plano de Acessibilidade Pedonal, se alguma crítica quisesse fazer seria o de ter chegado tarde, mas ainda bem que chegou, que foi aprovado por unanimidade e está em vias de ser implementado. A cidade e o espaço público em particular sofrem de manifestos problemas: desarticulação, falta de ordenamento, proliferação de mobiliário urbano muitas vezes desadequado aos espaços em que se situam a par das nefastas soluções de materiais utilizados em muitos locais da cidade.-----

----- Não nos reconhecemos nem nos revemos no alarme social gerado que a Câmara Municipal de Lisboa iria retirar a Calçada Portuguesa, embora se perceba dada a sua importância histórica e patrimonial para Lisboa que a sociedade em geral se tenha manifestado com as notícias que davam conta da retirada da calçada, mas como sabemos a desinformação gera ruído e portanto é necessário esclarecer e clarificar

antes de decidir.-----

----- O CDS, embora conhecendo detalhadamente o Plano aprovado, não quis deixar de participar no esclarecimento público, pelo que o seu contributo se efectivou na promoção de um debate integrado no Lab LX da Concelhia de Lisboa do Partido, onde críticos e defensores deste Plano de Acessibilidades usaram livremente da palavra para defender os seus pontos de vista, debate esse referido no Relatório da Sétima Comissão Permanente e agora pelos peticionários.-----

----- Para nós ficou claro que a Câmara não queria destruir a Calçada Artística e nem com isso concordaríamos, mas sim melhorar a acessibilidade em várias zonas da cidade daqueles que pela idade ou pela doença têm o direito a deslocar-se em segurança e conforto, é preciso ter em conta que o erro da generalização de que tudo é calçada só levará a que se caia na tentação de querer salvar e preservar tudo e no fim não restar nada! Este Plano bem aplicado é a chave para a sobrevivência da Calçada Portuguesa, a existência de um mapeamento e classificação permitirá uma manutenção e reparação de qualidade desde que imperativamente se revitalize a Escola de Calceteiros, sem profissionais nesta arte, sem a sua habilidade e conhecimento é que corremos o risco de perder a Calçada Portuguesa!-----

----- Resumindo e concordando com as determinações da Sétima Comissão, queremos que a mobilidade melhore, que seja cumprida a legislação vigente no que concerne a acessibilidades, a práticas discriminatórias que actualmente não são cumpridas e ainda a Constituição da República, “que a calçada vulgar seja substituída se necessário onde constituir um perigo ou desconforto”.-----

----- Que a Calçada Artística tenha uma melhor manutenção e atenção para que não se repitam atentados cometidos não só por privados mas também pela Câmara Municipal, como aconteceu na Avenida da Liberdade com a colocação de quiosques em cima de florões ou na escolha do novo pavimento da Rua de São Nicolau, na Baixa, que contaria directamente as indicações técnicas e explanadas no Plano em apreço. -----

----- Num aspeto entre muitos concordamos com o coordenador do Plano, o Arquitecto Pedro Homem de Gouveia, as medidas constantes no Plano apenas pecam por tardias, mas reconheço pessoalmente o esforço do Senhor Arquitecto durante vários anos e vários mandatos para que este Plano fosse uma realidade, mais vale tarde do que nunca.-----

----- Por último registamos com apreço que a Câmara Municipal na reunião de amanhã irá discutir e votar a proposta do Plano de Execução do Plano de Acessibilidades Pedonal para o segundo semestre de 2014, onde se preveem 34 ações das quais destaco três da maior relevância: uma primeira, o desenvolvimento de um estudo que enquadre a temática do revestimento dos passeios e onde, seguramente será abordada a questão da proteção da Calçada Artística e Estratégia de Salvaguarda; uma segunda sobre opções no que respeita a materiais; e uma terceira, a auscultação de entidades de interesse relevante nesta matéria.-----

----- Neste sentido temos a plena convicção que mais do que discutir a estética da Calçada é preciso preservá-la, tarefa essa que só poderá ser assegurada de uma forma:

estudando e investigando sobre a calçada, auscultando as entidades especializadas na matéria e posteriormente, mas muito importante para o seu futuro e preservação, classificando a Calçada Portuguesa como Património. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)**:-----

----- “Eu penso que esta Petição teve uma virtude importante que foi repor a discussão de dois temas que me parecem essenciais e que pelos vistos a forma como estavam a ser redigidos no Plano de Acessibilidade Pedonal, que se concluiu no meu mandato não foi suficientemente a melhor quanto a dois aspetos que me parecem que são importantes referir aqui neste momento: o primeiro é a importância da Calçada Artística, é melhor chamar Calçada Artística do que Calçada à Portuguesa, Calçada Artística como elemento identitário da cidade de Lisboa e, portanto, um elemento patrimonial que urge preservar e que urge sobretudo continuar a utilizar em espaços e em elementos que são fundamentais para valorizar o espaço público na cidade de Lisboa, mas por outro lado também e isso penso que não é o menos importante, referir que há situações muito diversas na cidade de Lisboa e há sobretudo a essas situações diversas quer do ponto de vista patrimonial quer do ponto de vista da sua utilização pelos peões que exigem soluções diferentes.-----

----- Utilizar Calçada à Portuguesa para pavimentar centenas de metros quadrados num separador central numa Avenida da cidade de Lisboa acabada de construir, que não tem qualquer utilização pedonal é não só um disparate como um desperdício de dinheiros públicos, para além do que do ponto de vista urbanístico é uma solução péssima, seria muito mais interessante ter aquela zona ajardinada, com árvores, do que ter aquele imenso espalho vidrado que não serve absolutamente para nada e que se vai degradando com o tempo.-----

----- Eu creio que essa discussão séria foi fundamental, ela desenvolveu-se quer com os peticionários quer no âmbito da Comissão e na Comissão de Cultura, porque é sobre isso que ela deve ser tratada, nessa dupla perspectiva, e acho que isso foi um ponto importante, mas também foi um ponto importante porque chamou a atenção para este Executivo de que não é possível continuarmos a adiar a situação relativamente àquilo que são os moldes da Calçada Artística à Portuguesa, à situação em que eles se encontram, o modo como eles são emprestados aos vários empreiteiros, sem o cuidado devido e também a necessidade de retomar a Escola de Calceteiros não numa perspectiva extremamente redutora e eu diria até economicista, no mau sentido da palavra, de que sai mais caro ter calceteiros na Câmara Municipal de Lisboa do que contratar umas pessoas que assentam calçada, que não é a mesma coisa que ter calceteiros e que foi unânime nas duas Comissões este tipo de posição.---

----- Há que rapidamente digitalizar os moldes para que eles não se percam mais do que aqueles que já se perderam, há que encarar a Escola de Calceteiros como uma mais-valia que a Câmara Municipal de Lisboa pode fazer render quer a empreiteiros privados, quer noutros países para introduzirem a calçada, a Calçada Artística.-----

----- Eu devo-vos dizer que uma coisa que mais me custou não ter conseguido em quatro anos de mandato foi um compromisso assumido com o Presidente Cavaco Silva, na sua visita a Istambul, com o Primeiro-Ministro e vários com vários

dignatários do país, de se fazer um pequeno troço de Calçada à Portuguesa, Calçada Artística, para o qual já havia um desenho, junto ao Estádio de Besiktas, que é também um dos principais portos na zona de Istambul, e quatro anos depois esse pavimento ainda não está feito porque não foi possível encontrar as pessoas para deslocar a Istambul para realizar esse sítio. -----

----- Isso mostra bem a penúria que nós ainda estamos nesta matéria e a falta de visão e de sensibilidade que é ter as Calçadas Artísticas Portuguesas a celebrar encontros que têm séculos de existência entre povos e culturas por esse mundo fora e que por completa indisponibilidade de meios humanos não foi possível concretizar, mesmo havendo quem pagasse as pedras, quem pagasse o alojamento e quem pagasse a vigem dos calceteiros, e portanto, é isso que aqui está em cima da mesa e eu penso que esta Petição colocou o problema nos seus devidos termos. -----

----- A Calçada Artística tem que ser inventariada e tem que ser preservada, há outras situações onde não se justifica a calçada e é completamente aberrante continuar a fazer calçada só porque sim, só porque se inventou que a calçada era o único pavimento que podia ser utilizado, é possível ter soluções de facilidade de locomoção para as pessoas com maiores dificuldades de deslocação em situações de calçada e é absolutamente imperioso não só preservar aquilo que já hoje temos como património em termos de moldes e em termos da saber fazer mas também em termos de rentabilizar esse mesmo saber fazer. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Miguel Santos (PAN):** -----

----- “O PAN relativamente a esta matéria sempre teve uma atitude clara que foi o público apoio ao Plano de Acessibilidade Pedonal, não vimos qualquer razão para que pouco depois do Plano ser aprovado se criasse uma situação de alarmismo na cidade quanto à retirada da Calçada à Portuguesa, isto não quer dizer que não apoiemos os peticionários naquilo que se refere a situações concretas em que houve troços que não deviam ter sido retirados da Calçada à Portuguesa, creio que a Petição teve o condão positivo de alertar os Deputados Municipais para essas situações e para que fosse tomada uma atitude mais concreta relativamente à preservação da Calçada, nesse aspeto a Petição foi bem-vinda e creio que as conclusões das Comissões, nomeadamente da Sétima Comissão são um bom exemplo disso e que poderemos a partir de agora estar mais confiantes, com certeza o acompanhamento que será dado aos vários pontos do relatório da Sétima Comissão e creio que existem as condições para que a Calçada seja preservada e possamos ter um pouco mais de descanso relativamente a essa matéria, mas insisto que a questão não tem a ver com o Plano em si, que não prevê nenhuma retirada da Calçada em termos genéricos, mas sim com algumas atuações que devem ser identificadas. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----

----- “O PCP revê-se inteiramente no Relatório da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude e sobretudo nas suas conclusões e propostas que faz porque há efetivamente uma perda de identidade na cidade de Lisboa, há um projeto de descaracterização cada vez mais acentuado a nível dos projetos das obras, daquilo que é aprovado e há efetivamente que lutar pela preservação dessa identidade que nos

caracteriza.-----

----- O Plano de Acessibilidade Pedonal é razoável, nós apoiámo-lo e aprovámo-lo por unanimidade, agora é preciso ver como é que vai ser executado e, portanto, acompanhar essa execução.-----

----- Nós queremos saudar a Petição que foi apresentada, a participação da população de Lisboa, dos especialistas, daqueles que de facto gostam desta cidade e temos que valorizar efectivamente aquilo que concluímos aqui, defender o que existe e esta perspectiva que aqui é dada da perda de moldes, por exemplo, moldes entregues até a empreiteiros que os fizeram desaparecer, esta ideia da inclusão das Juntas de Freguesia é fundamental para defender partes essenciais da cidade nesta questão da Calçada à Portuguesa.-----

----- Nós perguntamos porque é que a Duque de Ávila sendo um plano como é, de grande passagem de pessoas, tem gravilha e não teve calçada, por exemplo, é uma questão, e perguntamos novamente porque é que havendo a insistência nossa e de todas as forças políticas desta Assembleia e na Câmara quanto à revitalização da escola de jardineiros e Calceteiros, isto continua ainda na fase da entrega das obras a privados, obras mal feitas que dificultam ainda mais o trânsito e a segurança e a estabilidade na cidade.-----

----- Portanto, é uma cidade envelhecida e é evidente que a calçada em declive e as situações em declive devem ser vistas e deve ser integrada a Calçada à Portuguesa nas zonas onde se adequa a Calçada à Portuguesa, noutras situação é preciso realmente resolver problemas através dos corrimões, das calçadas em patamares, etc., é evidente que o Plano de Acessibilidades tem 100 medidas até 2017, é capaz de ser demais, mas vamos ver efectivamente aquilo que é possível concretizar e neste aspecto temos que ter uma atenção muito grande do ponto de vista da identidade da cidade, há que haver também uma coisa sempre falada nesta Assembleia e nunca levada a cabo que é a atenção aos operadores do solo e no subsolo, que fazem e desfazem conforme entendem, portanto, há que disciplinar as intervenções da EPAL, da EDP, do Gás, que sucessivamente vêm estragando de facto aquilo que é a realidade e a comunidade de circular em Lisboa.-----

----- Depois falamos de exemplos da Praça do Comércio e da Rua da Vitória que são evidentemente atropelos e crimes contra a identidade da nossa cidade e obviamente temos que também responsabilizar, como é dito no parecer da Comissão de Educação, a responsabilizar os empreiteiros, chamar a atenção, acompanhar, vigiar e fazer executar em função dos interesses da cidade. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS):** -----

----- “A discussão sobre esta Petição intitulada “Contra a retirada da Calçada à Portuguesa da cidade de Lisboa” surge enquadrada num contexto de uma ideia generalizada difundida na opinião pública de que a aprovação do Plano de Acessibilidade Pedonal equivaleria a uma acção concertada de substituição do pavimento na cidade de Lisboa, que significaria a prazo a retirada da Calçada Portuguesa.-----

----- Esta ideia, como quem tenha a oportunidade de ler o Plano de Acessibilidade Pedonal pode verificar é profundamente errada, é errada porque o próprio Plano, como o parecer da Oitava Comissão pôde identificar, em ponto algum se identifica, sugere ou recomenda uma medida sistemática e concertada de supressão do pavimento de Calçada à Portuguesa em Lisboa, o que o Plano efectivamente diz, e passo a ler um excerto da página 261 é: “que se recomenda desenvolver um estudo que enquadre a temática do revestimento dos passeios, aborde os problemas existentes, identifique os critérios mais relevantes para a segurança e conforto dos peões e para o cumprimento eficaz, eficiente e sustentável das responsabilidades da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia em matéria de manutenção. O Estudo deve ainda abordar a questão da Calçada Artística e avançar princípios para uma estratégia de salvaguarda da calçada que tem de facto valor patrimonial, fazer uma análise comparada com base em critérios relevantes para a Câmara Municipal de Lisboa, de opções de materiais disponíveis no mercado, auscultar entidades com interesse relevante nesta matéria, nomeadamente Serviços Municipais, Juntas de Freguesia e organizações representativas de peões e de pessoas com deficiência.”.-----

----- Com o devido respeito o Plano no seu conjunto, neste excerto em particular, apela à ponderação e à conciliação de interesses que são igualmente relevantes, se por um lado temos o valor patrimonial e estético da Calçada Artística, enquanto factor relevante da história da cidade de Lisboa nos últimos 100 anos, temos também o valor humano, os interesses das pessoas em concreto, das pessoas que não têm acesso ou que não têm oportunidade de elaborar e apresentar petições, mas que no seu dia-a-dia sofrem a obstrução que os passeios mal conservados de Calçada à Portuguesa lhes causam e que as obrigam a circular no local destinado aos automóveis, essas pessoas ou porque têm uma mobilidade reduzida fruto de doenças ou deficiências ou porque a própria idade lhes foi retirando mobilidade também têm direito a serem enquadradas nos planos de gestão da cidade e é esse aspecto que eu julgo que deve ser realçado, enquanto aspecto central de preocupação no Plano de Acessibilidade Pedonal.-----

----- Não nos podemos conformar com situações em que a existência de Calçada à Portuguesa indiscriminada em todos os locais, nomeadamente nos locais que oferecem maior risco à circulação podem significar e significam diariamente prejuízos para as pessoas, pessoas que caem, pessoas que não saem ou não percorrem os seus percursos habituais porque têm medo ou sentem extremas dificuldades de percorrer trilhos deficientes de Calçada à Portuguesa e, portanto, estes aspectos obviamente têm que ser considerados.-----

----- Depois também não nos podemos esquecer que a Calçada à Portuguesa, como também o Plano bem refere tem que ser defendida e preservada de forma selectiva. As cidades em todos os locais onde se implantam não preservam todos os seus edifícios com valor histórico, são muitos, mas identificam alguns, os mais relevantes para serem preservados, para transmitirem uma identidade das comunidades que aí habitam, o mesmo se deve referir relativamente à Calçada à Portuguesa.-----

----- Como referiu o Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva não faz sentido, nem nunca fez em bom rigor, ou seja, na cidade de Lisboa nunca houve uma

aplicação indiscriminada de Calçada à Portuguesa, existem inúmeros locais onde essa não foi a primeira opção, como por exemplo a envolvente do Centro Comercial Colombo, o próprio Terreiro do Paço após a requalificação, portanto, são zonas da cidade percorridas por milhares de cidadãos que não têm desde o início Calçada à Portuguesa, têm pavimentos alternativos e nem por isso a cidade perde luminosidade, perde identidade histórica ou até as pessoas se sentem ofendidas na sua ligação pessoal aos espaços das suas vivências.-----

----- Portanto, também outro aspecto que deve ser encarado é a sustentabilidade da conciliação entre a Calçada à Portuguesa e outros tipos de pavimentos, é um factor que surge identificado no Plano que é o do acesso à matéria-prima, portanto, a utilização indiscriminada da Calçada à Portuguesa e, portanto, da pedra de calcário que suporta essa aplicação tem um custo, tem um custo cada vez mais elevado porque as pedreiras que abastecem este tipo de utilização também vão tendo o seu ciclo de vida finito e para preservar no futuro a própria utilização da Calçada à Portuguesa é bom que se conciliem e que se combinem diversos tipos de pavimentos, porque senão qualquer dia não existirá a matéria-prima que serve de suporte à Calçada Artística.----

----- Terminava apenas enfatizando o plano cultural desta questão dizendo que se sairá obviamente mais reforçado se a temática da Calçada à Portuguesa for enquadrada institucionalmente na Câmara Municipal de Lisboa, com o reforço da Escola de Calceteiros, creio que é uma ideia unânime entre os diversos grupos municipais, mas também que se envolvam entidades com relevo na cidade como as Universidades, Centros de Estudo, a Associação Peticionária, por exemplo, pode continuar a desenvolver o seu trabalho em prole desta colaboração de reforço de estudos da identidade da Calçada à Portuguesa e no fundo observar-se, e terminava, o Plano de um ponto de vista construtivo e enquanto elemento fundamental para a preservação histórica da Calçada à Portuguesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Antes do mais gostaríamos de saudar mais uma petição, temos três em discussão hoje, já vamos na quinta petição apresentada à Assembleia Municipal e, portanto, congratulamo-nos pelo facto da cidadania em Lisboa ter este instrumento, dele estar a ser utilizado, de haver centenas de lisboetas que se reúnem em torno dos mais diversos temas e que utilizam este instrumento da democracia participativa para colocar na ordem do dia e colocar nesta Assembleia os temas que os preocupam e que os mobilizam.-----

----- Relativamente à questão da Calçada à Portuguesa ela inseriu-se ou surgiu no plano da discussão do Plano da Acessibilidade Pedonal e sobretudo sendo um plano extenso, com centenas de páginas, não é um pormenor porque preocupa muita gente, mas insere-se num vasto leque de medidas previstas por este plano. Não é de todo correto afirmar que não está previsto neste Plano a substituição de Calçada à Portuguesa porque está de facto, está lá escrito, mas eu acho que esta Petição tem esse valor, que é de colocar nesta discussão nesta Assembleia e perante o Executivo a necessidade de olhar para esta substituição de uma forma mais cautelosa e de uma forma que demonstra que há alguém que quer defender o património da cidade e a

memória da cidade e, portanto, esta substituição deve ser feita com critérios.-----  
----- De facto existem zonas da cidade, sobretudo na sua zona histórica, onde existem as colinas e as inclinações mais acentuadas onde o conforto e a segurança nem sempre estão assegurados, e devem estar, deve ser essa uma das preocupações fundamentais de quem gere a cidade e de olhar para os seus cidadãos e cidadãs e garantir o seu conforto e a sua segurança.-----  
----- Não é necessariamente uma conclusão de que garantir a segurança e o conforto destas zonas da cidade implica a substituição da calçada, em alguns casos isso poderá ter que acontecer, pontualmente, noutras casos a própria utilização da calçada, a forma como ela é feita, os apoios que podem ter essas zonas, podem salvaguardar a segurança e o conforto dos cidadãos que por aí passam.-----  
----- Mas mais importante do que isso, gostaríamos de frisar essa questão, tem a ver com a qualidade da Calçada à Portuguesa, só pode ser garantida se houver bons artífices, como já Lisboa teve e para garantir que eles existem é preciso que a Escola de Calceteiros seja apoiada, fomentada, impulsionada a acarinhada por este Executivo.-----  
----- Infelizmente os últimos anos dos Executivos Municipais que geriram a Câmara de Lisboa não têm feito isto, têm feito precisamente o oposto, temos assistido e passado nesta Assembleia várias propostas de recursos a entidades externas à Câmara para fazer obras que implicam reposição de Calçada à Portuguesa e, portanto, o recurso sistematizado de *outsourcing* para este tipo de actividades cria um círculo vicioso que é recorrendo a estas empresas, desinveste-se na Escola de Calceteiros, desinvestindo na Escola da Calceteiros deixa de haver gente formada, bem formada para fazer isto, não havendo gente para o fazer temos que recorrer aos empreiteiros e portanto não saímos deste círculo vicioso, portanto, é preciso interrompê-lo, é preciso dizer que a Escola de Calceteiros é uma prioridade na formação de trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, parte deste problema começa a ser resolvido exactamente por aí, haja vontade do Executivo para o fazer.-----  
----- E depois e para finalizar o Bloco de Esquerda acha que a Calçada à Portuguesa faz parte do património, da memória e da história de Lisboa e essa deve ser defendida de uma forma intransigente!-----  
----- As cidades são feitas de memória, as cidades são feitas do seu património, não podem ser descaracterizadas desse ponto de vista e, portanto, essa defesa deve ser feita em toda a linha! Infelizmente este Executivo já nos tem presenteado com propostas que têm colocado em questão os pontos da memória e o que marca a cidade de Lisboa, há pouco tempo, há poucos meses tivemos aqui uma discussão importante que se debruçava sobre isso, a Colina de Santana, um núcleo histórico muito rico em termos de património, de história e de memória e foi também, não com uma Petição mas com uma forte mobilização de lisboetas, que foi possível interromper o processo que estava em curso e de alguma forma tentar salvar e guardar parte daquela memória e daquele património.” -----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** -----

----- “A presente Petição contra a retirada da Calçada Portuguesa da cidade de Lisboa foi apresentada a esta Assembleia Municipal pelo MyiArts, na qualidade de uma entidade de apoio às Artes, Cultura e Turismo Cultural.-----

----- Em primeiro lugar, em nome do Partido Ecologista Os Verdes saúdo os peticionários por esta iniciativa que pretende impedir que o pavimento tradicional seja retirado e que a Calçada Artística seja parte integrante da nossa história e da nossa cultura, revelando traços da personalidade portuguesa, merecendo por isso implementação de mecanismos que preservem este pedaço de história para que quem visita a nossa cidade a possa admirar, mas também para que as novas gerações não percam o amor que têm por aquilo que é seu por direito próprio.-----

----- Para o MyiArts a solução passa por fomentar o espírito da cultura na nossa cidade, pedindo que a Câmara entregue um pedido à UNESCO para que a Calçada Portuguesa seja considerada Património da Humanidade à imagem do que se fez com a candidatura do Fado.-----

----- Depois recordam que como a Câmara Municipal de Lisboa tem uma Escola de Calceteiros, Lisboa poderia ser um exemplo de inclusão pela Arte e Cultura no país e no mundo ao criar desta forma postos de trabalho com vista à preservação, manutenção e requalificação da Calçada Portuguesa ao invés de contratar empresas privadas, algo que Os Verdes reivindicam há anos.-----

----- Sabendo que temos uma cidade envelhecida e um número significativo de cidadãos com dificuldades em andar, aceitam a introdução de corredores de passagem com outro tipo de pedra ao lado da Calçada, mas reconhecendo-se que a Calçada Portuguesa é um atrativo turístico e que representa para além da nossa história um dos traços da nossa personalidade, para o Myarts isso não faz sentido, retirar este pedaço do nosso património da vista e da vida de cada um de nós.-----

----- Do seu lado a Câmara começou por argumentar que não senhor, que nunca lhe passou pela cabeça a retirada da Calçada Portuguesa, mas já acabou por confirmar que parte da calçada será retirada em alguns locais da cidade dizendo que o não será nas zonas turísticas, mas sem especificar quais serão essas locais.-----

----- De facto não é o que os munícipes constatarem pois mesmo na Baixa Pombalina vêem-se turistas de guias turísticos na mão à procura de elementos artísticos na calçada, que já foram entretanto destruídos pelo Município e de que constituem exemplo as imagens anexas ao relatório da Sétima Comissão.-----

----- Pior ainda é o facto da calçada ter sido substituída por escorregadias lajes em que os peões caem quando chove, em alternativa em que acções deveria a Câmara dar prioridade? Reactivar a Escola de Calceteiros, requalificar, conservar e manter a Calçada Portuguesa através do recurso a pessoal especializado e com formação adequada, procurar a elevação da Calçada Portuguesa da Cidade de Lisboa a Património da Humanidade.-----

----- Como defende a MyiArts “não façam as pedras da calçada chorar”. Ora acontece que todos sabíamos da existência de um Regulamento Municipal para a Promoção da Acessibilidade e da Mobilidade Pedonal aprovado nesta Assembleia Municipal em 27 de abril de 2004, porém muitas das medidas inumeradas nesse regulamento, tanto as

de intervenção sobre o espaço público como as dedicadas a cidadãos com necessidades espaciais ficaram ao longo dos anos por executar, sem nunca terem saído do papel, o eu tem faltado à Câmara Municipal de Lisboa? Capacidade de intervenção tanto na manutenção como na fiscalização do espaço público. Se existia um Regulamento por cumprir, se eram aqueles os princípios de mobilidade e acessibilidades defendidos pelo Município, pergunta-se porque optou a Câmara pela introdução das escorregadias lajes em zonas pedonais como sejam o Areeiro, o Mirador de Santa Catarina, Praça do Comércio ou Rua da Vitória, porque foram destruídos os desenhos artísticos na calçada da Rua da Vitória na sequência de intervenção no subsolo?-----

----- Também nesta via, porque foram removidas as duas peças escultóricas do Monumento ao Calceteiro junto à Igreja de São Nicolau porque foi retirada nesse local a Calçada Artística onde figurava a Barca de São Vicente, padroeiro da Cidade, com corvos e flores, uma barca que já não era criada há 50 anos, a última tinha sido no Jardim da Estrela.-----

----- O próprio Manual da Calçada à Portuguesa, da autoria da Direcção Geral de Energia e Geologia de 2009 faz o elogio das vantagens deste tipo de piso, a Calçada Portuguesa para além da sua luminosidade tão elogiada, inclusive por estrangeiros, alia as características de durabilidade e de grande beleza estética às da vantagem económica, da reciclagem do próprio piso em reparações ou na sequência de obras no subsolo, têm-se revelado ideal para ser utilizada em zonas de circulação de peões, como em passeios, jardins e habitações, centros comerciais, mas também em ruas e praças com circulação restrita a veículos.-----

----- Por tudo isto trata-se de um piso que quando tecnicamente bem aplicado garante a permeabilidade, a durabilidade e a regulação climatérica, sendo por isso mais ecológico.-----

----- Em suma, o que não se entende é porque tem o Município insistido no progressivo desinvestimento na Escola de Jardineiros e Calceteiros da Quinta do Conde de Arcos, porquê a persistente opção pela externalização de serviços para agora poder argumentar que não tendo profissionais calceteiros terá que alcatroar ou colocar pedras de lioz nos passeios.-----

----- Ninguém pede milagres mas empenho da Câmara Municipal de Lisboa, esperemos que os munícipes não tenham de continuar a esbarrar na inacessibilidade e imobilidade do Executivo na fiscalização e tratar da manutenção da qualidade do espaço público. -----

----- Para terminar reafirmo que Os Verdes acompanham os peticionários nos objectivos e nas pretensões expressas nesta Petição, esperando que o Executivo não continue a destruir a Calçada Portuguesa, mas que a preserve. Obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador João Afonso:** -----

----- “Gostaria de começar por saudar a iniciativa dos cidadãos ao elaborar uma petição e utilizarem esse instrumento tão importante para o debate público. Lamentar no entanto que esses argumentos, que os argumentos utilizados ponham em causa, quanto a mim, o valor dessa iniciativa porque se alguém leu este documento, o Plano

de Acessibilidade Pedonal, compreendem que ele não sugere sequer a remoção da Calçada à Portuguesa da cidade de Lisboa.-----

----- Inclusive direi que há muitos anos que nenhum documento aprovado em Câmara Municipal e assembleia Municipal é tão claro na defesa desse valor patrimonial que á a Calçada à Portuguesa e, portanto, lamentar que um instrumento como uma petição pública e um debate na Assembleia Municipal seja usado de forma, quanto a mim, digo-o em nome pessoal e com isso não quero comprometer qualquer Membro deste Executivo, de uma forma demagógica.-----

----- Não queria usar mais argumentos do que os que foram utilizados pelo Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, creio que disse tudo quanto era necessário em defesa deste Plano e do entendimento que este Executivo faz da Calçada à Portuguesa.

----- Sobre a Escola de Calceteiros, não é o assunto que aqui estamos a discutir, é mais um assunto que é elencado a todos os que têm aqui sido adicionados. Ao longo dos anos a Escola de Calceteiros tem sido mantida, ao longo dos anos têm sido feitas formações, ao longo dos anos esses profissionais formados não se mantiveram na profissão e esse problema ultrapassa de facto a Câmara Municipal de Lisboa, poderemos discuti-lo, não está em dúvida que o poderemos discutir como é que se poderá reavivar e dar força a esse património, que é um património da Câmara e que este Executivo, tal como os anteriores têm mantido e nunca desistiram, nenhum Executivo ao longo dos anos e há longos anos, nenhum deles desistiu da Escola de Calceteiros. -----

----- Portanto, queria acabar dizendo, estranho que há um documento de tal importância como o Plano de Acessibilidade Pedonal, que é um documento estratégico, orientador, para um bem comum de todos os cidadãos, porque todos estamos nas condições de peão e de potencial dificuldade de locomoção pedonal, se utilizem argumentos como o facto da Calçada Portuguesa e a confusão que se vem a gerar sobre isto, são dois problemas com certeza que a cidade tem que se confrontar mas de facto uma coisa é o Plano de Acessibilidade Pedonal e a outra coisa é a Calçada Portuguesa e creio que é de alguma sinuosidade juntar estes dois temas. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. A Mesa está neste momento em condições de pôr à vossa consideração aquilo que temos para votar, as Petições não são votadas, elas são apreciadas, são discutidas e depois o que pode ser votado são as Recomendações das Comissões e, portanto, eu pedi para serem distribuídas as Recomendações da Sétima. Comissão, a Comissão de Cultura, uma vez que as recomendações... -----

----- Falou em primeiro lugar o Senhor Vereador João Carlos Afonso, que tem o Pelouro dos Direitos Sociais e também da Acessibilidade Pedonal, agora dou a palavra à Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto que tem o Pelouro da Cultura.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto:**-----

----- “Eu queria fazer só uma breve intervenção para por um lado reiterar aquilo que foi dito pelo meu colega Vereador João Afonso, portanto, que na verdade o Plano de

Acessibilidade Pedonal não põe em causa a existência da Calçada Artística Portuguesa, são duas questões diferentes, por um lado a preservação da Calçada Artística e por outro lado a questão de se encontrar nalguns casos suportes que melhor protejam as pessoas com dificuldade de mobilidade, e dizer que da parte do Pelouro da Cultura há todo o interesse também em tratar este tema, aliás na própria Comissão Nacional da UNESCO, e algumas Universidades Portuguesas estão muito empenhadas em trabalhar sobre o tema da Calçada Artística, tentar classificá-la porque não é muito claro em que categoria patrimonial é que a calçada pode ser classificada, se é património móvel se é património imaterial mais associado ao saber fazer dos calceteiros, se é património móvel. De qualquer forma há algumas discussões em curso nesses fóruns e nomeadamente a ideia da UNESCO até seria promover uma candidatura transnacional, porque como sabem há Calçada Portuguesa não só em Lisboa como em várias cidades do país e em muitas cidades em que os portugueses estiveram presentes, nomeadamente o Brasil, portanto, seria uma candidatura que deveria envolver vários desses países e, portanto, queria apenas também reiterar a disponibilidade do Pelouro da Cultura em associação com os outros Pelouros da Câmara para dar continuidade a este tema e fazer esforços no sentido da defesa da Calçada Artística, sendo que ela não está colocada em causa por causa do Plano de Acessibilidade Pedonal. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. Agora sim então temos na nossa frente as conclusões do Parecer da Sétima Comissão Permanente sobre esta Petição, que é a Comissão Permanente de Cultura.-----

----- A Oitava Comissão não tirou propriamente conclusões, embora tenha apresentado um certo número de considerações que o Senhor Deputado Municipal João Pinheiro aqui sublinhou, mas o que temos para votar são estas conclusões e eu vou relembrá-las.-----

----- São seis Recomendações, a primeira é inventariar e conservar um único local com condições de preservação adequado a todos os moldes e desenhos de Calçada Artística da Cidade de Lisboa; a segunda, revitalizar a Escola Municipal de Calceteiros; a terceira, solicitar os Presidentes de Junta que procedam à inventariação e georreferenciação das zonas de Calçada Artística nos respectivos territórios, identificando as que já constam da definição de zonas estruturantes da cidade e aquelas cuja manutenção se encontra na esfera de competência das Freguesias; a quarta recomendação, é reforçar a qualidade da manutenção da Calçada Artística e da restante calçada através do recurso a pessoal especializado e com formação adequada; a quinta, identificar as zonas que pela sua inadequação à garantia da mobilidade de todos os cidadãos se justifica a sua substituição por pavimento alternativo; a sexta e última, diligenciar junto das entidades competentes pelo processo de candidatura junto da UNESCO dos bairros históricos da cidade de Lisboa a Património da Humanidade, Paisagem Cultural Urbana, o enquadramento específico da Calçada à Portuguesa enquanto traço caracterizador a realçar nessa candidatura.”-----

----- **A Senhora Presidente**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Recomendações da Sétima Comissão** acerca da **Petição nº 3**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade e aclamação**.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “A declaração é muito simples, aprovámos agora as Recomendações que eram conhecidas e então de todos. A minha declaração de voto é de protesto por as intervenções dos dois Vereadores foram totalmente ao lado e não refletiram em nenhuma...”-----

----- **A Senhora Presidente**:-----

----- “Senhor Deputado Municipal, eu peço desculpa mas isso não é uma Declaração de Voto, é uma opinião do Senhor Deputado Municipal sobre uma matéria que já não tem a ver com a votação em si.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**:-----

----- “É uma declaração de protesto então.”-----

----- **A Senhora Presidente**:-----

----- “Fica registado então o seu protesto em Ata, está no seu direito, fica registado. ---

----- Senhores Deputados Municipais, nós temos uma Ordem de Trabalhos muito preenchida e uma das coisas que temos na nossa Ordem de Trabalhos de hoje é que nos foi pedido a eleição de um Representante da Assembleia Municipal para o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa.-----

----- Foi indicado, nós temos um sistema de rotatividade nestas representações, pelos vários partidos, pelo método de Hondt cabia a indicação ao Partido Socialista, foi indicado o Senhor Deputado André Caldas, mas é preciso ser eleito em urna, com voto secreto e, portanto, a partir de agora nós abrimos a votação no foyer pequeno à vossa direita, portanto, se porventura saírem por momento da sala, só agora é que vamos ouvir os peticionários, mas a seguir agradeço que vão votando para depois podermos anunciar o resultado das votações.”-----

----- **Petição nº. 4 – Para a criação em Alvalade do Jardim João Ribas**:-----

----- (O Texto da Petição nº4 fica anexado a esta Ata como anexo 4 e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da Sétima Comissão relativamente à Petição nº 4 fica anexado a esta Ata como anexo 5 e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente**:-----

----- “Tenho já aqui o Sr. Mário Rui Souto que vai usar da palavra e esta Petição tem um parecer da Sétima Comissão. Vamos dar a palavra ao Cidadão Mário Rui Souto.”--

----- **O Senhor Mário Rui Souto**:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores.-----

----- Permitam-me dirigir-me também ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, que por lapso que assumo não lhe dirigi antecipadamente esta Petição. Minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- A propósito da Petição que criei para a atribuição do nome do Músico João Ribas para o jardim envolvente da Biblioteca Municipal dos Coruchéus, quero informar todos os presentes que este foi um impulso puro de cidadania apolítica.-----

----- Digo-o aqui porque sou um orgulhoso funcionário da Câmara Municipal de Lisboa há 23 anos e podia a presente proposta ter sido efectuada por mim no seio da autarquia, não o fiz por opção, pretendia que o maior número de amigos de João Ribas partilhassem deste objectivo e fossem tão importantes como aquele que aqui hoje está a falar. -----

----- Assim, inaugurei a minha participação enquanto criador de uma petição no sítio da web, denominado de petição pública, uma curta apresentação da história criativa de João Ribas foi o suficiente para angariar no primeiro dia em que esta petição ficou ali alojada muitas assinaturas de peticionários cuja vida se cruzou e continua a cruzar com João Ribas e com o legado que nos deixou.-----

----- Fez ontem três meses que o João Ribas partiu, muitos perguntarão quem é que foi João Ribas. Nasceu em Alvalade em 1965, João Ribas foi o ícone maior da cena Punk/Rock nacional, por muitos considerado o pai do Punk/Rock português, jovem fundou em 1988 a banda “Censurados”, com uma passagem pelos “Cú de Judas”, João Ribas termina a sua carreira nas bandas “Osso Roído” e “Tara perdida”.-----

----- João Ribas foi responsável pela inscrição de Alvalade na cena artística alternativa da capital e do país.-----

----- Para quem aqui não sabe, a Câmara Municipal de Lisboa foi a produtora do Festival de Música Moderna que mais anos durou no país, que tem um *deficit* muito grande de aposta na cultura, principalmente naquela cultura que precisa de um primeiro palco, chamava-se “Toca a Abrir” e durou quase duas décadas.-----

----- O meu amigo e colega Vereador João Afonso lembra-se nem do sucesso deste evento, onde estive na produção desde o início. Curiosamente a última edição do “Toca a Abrir”, inserido nas semanas da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, iniciadas pelos Vereadores Rêgo Mendes e António Abreu, onde desfilavam dezenas de bandas de música alternativa feita por jovens foi encerrada com a participação do João Ribas e dos “Tara Perdida”, lembro-me de casa cheia nesse dia que foi o último.-

----- Que bom seria reeditar esse evento, que outra homenagem poderia ser feita ao João Ribas, com a possibilidade de muitas bandas poderem mostrar o que sabem e o que gostam na música moderna, feita por quem mora, estuda ou trabalha na cidade de Lisboa. Deixo aqui esse desafio.-----

----- João Ribas personificou uma vivência em grande sintonia com o seu estilo, era punk, foi um resistente que privilegiou o português, deixou-nos ainda jovem porque foi um eterno jovem! Dizia e cantava o que sentia em relação à sociedade, sabemos o quanto isso é incómodo, ele fazia-o com um sorriso e ensinava esse *modus vivendi* a gerações mais novas que hoje o idolatram, talvez pelo facto de o terem seguido pelos maiores palcos nacionais, como são o caso do Festival Sudoeste, Vilar de Mouros, Super-Bock Super-Rock e Festa do Avante.-----

----- João Ribas foi e é transgeracional! João Ribas homenageou também o grande Zeca Afonso, gravou o tema “O que faz falta” para a compilação “Filhos da

Madrugada” em 1994. Era comum vê-lo ao fim de tarde nos Jardins dos Coruchéus com os amigos de longa data e dos seus projectos musicais e de outros projectos como os “Porta-voz”, os “Pesticida”, os “Recenseados”, Punk Sinatra”, “Camones” e muitos outros, geralmente as guitarras apareciam e a música dava-se.-----

----- Pouco tempo antes do seu súbito desaparecimento, enquanto esperava pela hora de sair da escola dos Coruchéus do meu filho assisti a um grande concerto do Ribas com o Orlando Coan, foi um excelente fim de tarde!-----

----- A proposta de localização que aqui levo à Consideração da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Lisboa não foi nem é inocente, sei do investimento efectuado pela Autarquia na criação da Biblioteca Municipal dos Coruchéus que louvo e que é superiormente dirigida pela minha Chefe de Divisão Doutora Susana Silvestre e pela Excelentíssima Senhora Vereadora do Pelouro da Cultura, Coruchéus é todo aquele bairro que felizmente tem muitos espaços ajardinados, poderiam estar melhor cuidados, nomeadamente junto à Escola EB1, a antiga Fernando Pessoa. -----

----- Coruchéus e Lisboa eram e são a casa de João Ribas, há aproximadamente 1500 pessoas que aprovam a ideia de dar o nome de João Ribas ao jardim envolvente à Biblioteca Municipal dos Coruchéus, por certo há mais pessoas que partilham esta ideia simples e com custos ínfimos para homenagear de forma perene este grande músico. -----

----- Quero acreditar que a Câmara Municipal de Lisboa aprovará este anseio da criação do Jardim João Ribas, partilhado por tantos jovens e amigos do João Ribas, tendo principalmente em conta que a despedida do João foi feita com uma canção interpretada pelo Tim dos Xutos e Pontapés e que se chama Lisboa e que sem ser um tema punk é uma prova de amor à cidade que levou no seu coração.-----

----- Por último gostava de lançar aqui dois reptos para perceberem melhor o que é este contexto do punk/rock nacional, que estejam presentes no próximo dia 4 de julho, sábado, na Voz do Operário num concerto intitulado “Amigos de João Ribas”.-----

----- E o último repto para o meu amigo Vereador João Afonso, com responsabilidades na área da Juventude, que seja um dos peticionários! Muitos jovens da cidade de Lisboa ficar-lhe-ão gratos!-----

----- Como não gastei os dez minutos gostaria de deixar aqui a música “Lisboa” para que todos percebam quem foi o João. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa agradece a sua intervenção e foi então dada a indicação para passar o vídeo sobre João Ribas.”-----

----- (Passagem do Vídeo sobre João Ribas, com a canção “Lisboa”) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Muito obrigada ao Mário Souto por nos ter trazido esta memória e esta afetividade de que também é feita a cidade de Lisboa.-----

----- Temos sobre esta Petição, que eu há pouco não anunciei o número de assinaturas, mas ela tinha quando entrou mais de cerca de 1400 assinaturas, e temos sobre esta Petição um parecer da Sétima Comissão Permanente, que é a Comissão de Cultura,

que naturalmente expressa a sua concordância com o conteúdo da Petição, ou seja, a proposta de criar em Alvalade o Jardim João Ribas.-----

----- Lembro que estão abertas também ao mesmo tempo as eleições lá fora para o Vogal do Conselho Consultivo do Hospital Psiquiátrico de Lisboa, do Centro Psiquiátrico de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP):**-----

----- “Dizer que o CDS se congratula com a iniciativa de perpetuar o nome de João Ribas ao atribuí-lo ao Jardim envolvente à Biblioteca Municipal dos Coruchéus, na Freguesia onde este viveu.-----

----- Quanto à localização nada temos a opor, mas deixamos esta avaliação à consideração da Comissão Municipal de Toponímia que melhor poderá aferir da viabilidade e em comparação às solicitações existentes e propostas aprovadas em Câmara, mas esperemos que seja possível.-----

----- Sobre o objetivo da Petição colocamos a tónica no facto de João Ribas ter sido um artista, um criador não enfeudado à *mainstream*, foi um músico compositor do punk/rock, um género musical considerado alternativo e apreciado por uma minoria, minoria essa gigante.-----

----- Mas Lisboa também se faz de minorias artísticas, de vanguardas que a seu tempo contribuíram para aquilo que a cidade é hoje, em Lisboa cabemos todos, assim o prova esta homenagem toponímica. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE):**-----

----- “Em primeiro lugar o Bloco de Esquerda quer saudar esta Petição, em particular também fui peticionária dela e saudar que ela tenha chegado a esta Assembleia.-----

----- Obviamente realçar o papel do João Ribas para o movimento Punk e também tudo o que foi contracultura em Portugal, até porque o João Ribas foi mais do que um artista, foi um activista político, porque o próprio movimento Punk/Rock sempre foi isso, foi activismo político também.-----

----- Estamos a falar de uma pessoa que na altura do Cavaquismo e de uma época de algum obscurantismo denunciou problemas sociais, são qual são apanágio muitos dos seus singles, dos singles dos Censurados ou do Cú de Judas, mas também com os Tara Perdida, continuando também com letras que sempre denunciaram o desemprego, precaridade e todos os outros problemas que se passavam nesta país e que se continuam a passar e do qual o punk/rock é apenas mais uma das vias de fazer passar esta mensagem, obviamente de novo mais do que um estilo musical, uma forma de ativismo também, mas também uma pessoa com um nível cultural que influenciou e impulsionou um movimento que teve o seu auge, mas que continua vivo, é possível que seja uma minoria, mas se calhar não é uma minoria tão pequena quanto isso e que criou em Portugal e que foi um dos impulsionadores desta forma de vida e de contracultura extremamente importante.-----

----- Deixar também uma nota sobre a influência que ainda hoje o João Ribas tem e que antes e que sempre foi tendo em bandas também e em muitos jovens aqui de Lisboa, não só do Bairro de Alvalade mas por essa Lisboa fora, que ainda continuam ainda hoje a ser influenciados pelas bandas dele, pelas suas letras e pelas suas

músicas, e como diz na música que acabámos de ouvir Lisboa foi a cidade onde ele viveu, onde ele cresceu, onde ele influenciou não só a cidade, a cultura, mas todo o país, e onde quer ficar. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND):** -----

----- “Muito brevemente queríamos-nos associar a esta iniciativa dos peticionários, registar com alguma emoção a maneira como o Mário Rui Souto aqui nos apresentou a iniciativa e a explicou de forma tão viva, portanto, o nosso apoio caloroso a esta iniciativa.-----

----- Em matéria de toponímia está previsto na Ordem de Trabalhos para hoje lá mais para a frente uma revisão relativa à postura da toponímia da Cidade de Lisboa, eu gostava só de realçar uma ideia muito forte que vem traduzida no parecer da Sétima Comissão quando se referiu e esta temática da toponímia e citar um dos princípios das preocupações a que deve obedecer a atribuição de nomes para os arruamentos, para as praças, para os locais públicos da cidade de Lisboa, e citava expressamente o parágrafo 1, ponto 3 do preâmbulo do parecer quando se diz que “uma política municipal de valorização da memória histórica e colectiva, a qual representa uma forma complementar de valorização das pessoas e dos eventos com significado histórico para o país e para a cidade”. -----

----- Em nosso entender esta valorização tem que passar pelo assinalar, pelo evidenciar não apenas a história de um passado distante, mas a história próxima, os cidadãos com os quais convivemos, que fazem parte do nosso presente e da nossa identidade e sem dúvida que esta artista precocemente falecido e até pelas características de combate, de intervenção pública e política que temos vindo a ouvir é alguém que merecer ser assinalado num espaço nobre como é um jardim à volta de um museu e no bairro, bairro aqui é uma força de expressão, na área da cidade, na Freguesia de Alvalade, onde eu tenho também a satisfação de residir e, portanto, é também como munícipe, freguês de Alvalade que eu também estou aqui a apoiar a iniciativa dos peticionários e, portanto, a pedir a aprovação pela Assembleia a esta iniciativa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):** -----

----- “Antes do mais queria saudar o cidadão Mário Rui Souto pela iniciativa que teve de lançar esta Petição, à qual o PAN se associa, e saudar especialmente a memória de João Ribas, de alguém que se manteve jovem até da lei da morte se ir libertando, são estes os exemplos que nós precisamos, pessoas que se mantêm fiéis àquilo que julgaram ser algo que deveriam possuir na sua vida, esse caldo de contracultura e de irreverência que manteve sempre. -----

----- Quanto à questão do local em si, do jardim, pois como nos disse o Mário Rui Souto era o sítio onde ele costumava tocar e, portanto, nada mais adequado que lhe dar o nome, por isso parabéns aos peticionários e parabéns ao João Ribas. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):** -----

----- “Muito boa tarde, antes de mais o PCP gostaria de saudar os amigos do João Ribas que levaram esta Petição a toda a população de Lisboa, e não só de Lisboa, eu

não nasci cá, vivi cá grande parte da minha vida e o João Ribas faz como fará parte da muitos de nós no nosso país. -----

----- Não é comum um artista tomar posição política desta forma e saudamos desde sempre a posição que o João Ribas teve coragem de assumir através da sua arte. Entendemos que a arte tem uma função social e o João Ribas nunca deixou de transmitir pela sua arte e por tudo aquilo que sabia fazer, que tento gostava da fazer, nunca deixou de transmitir aquilo que era a sua crítica social, a sua posição política e de tomar partido relativamente às questões que afectam os cidadãos no nosso país e, portanto, gostaríamos de saudar a iniciativa e de dizer que esperemos que de facto o jardim seja uma realidade e sublinhando aqui também uma das posições que o João tomava “Falamos em soluções, garantem igualdade e o povo anda enganado, só fala de futebol e fado.”, mais do que nunca estas letras estão actuais e, portanto, a melhor forma de saudarmos o João Ribas é precisamente continuar com a sua música, com a sua intervenção política, divulgá-la e esta é uma das formas e o PCP evidentemente apoia esta iniciativa e tudo fará para que ela seja concretizada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Caldas (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade: -----

----- “Em primeiro lugar cumprimento-o pelas suas palavras, é evidente que ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade não sobra nenhum agravo, é com muita honra que fui relator do parecer da Sétima Comissão a este propósito e que aqui venho sustentar a posição que aí tomei e que venho sempre tomando em outros fóruns quanto à questão da designação do jardim circundante à Biblioteca Municipal dos Coruchéus tomar o nome de um filho do Bairro de Alvalade, como eu próprio o sou. --  
----- É difícil falar de uma proposta tão boa que não seja para dizer, para sublinhar a sua completa adequação, nós não estamos a falar de um lugar qualquer para a vida do João Ribas e para a vida da cidade e não estamos a falar de uma pessoa qualquer para aquele espaço. -----

----- Não vou aqui biografar o João Ribas, como já foi tão bem realizado pelos próprios peticionários, queria sublinhar apenas dois aspectos que me parecem absolutamente fundamentais, em primeiro lugar que a própria Assembleia de Freguesia de Alvalade se pronunciou no sentido de elogiar a figura do João Ribas, reconhecendo-o como uma das principais figuras daquele espaço e em segundo lugar salientar que efectivamente me parece que quer nós quiséssemos quer não este já é o Jardim João Ribas e não depende de uma qualquer deliberação de um Órgão Municipal para que ele possa popularmente ser conhecido desta maneira.-----

----- O jardim à volta do Palácio dos Coruchéus é o jardim em que o João Ribas habitualmente era encontrado, que frequentava, onde influenciava um conjunto de pessoas e a marca dele ainda lá está até porque bem perto existem ainda alguns espaços de diversão noturna e de divulgação da música portuguesa que fazem perdurar aquela cultura que ali se iniciou e porque as pessoas que ainda continuam a frequentar aquele espaço são as pessoas que o frequentavam em vida do João Ribas e, portanto, na nossa opinião, do Partido Socialista, passados os prazos que a Toponímia de Lisboa sempre nos exigirá, aquele já é, formal ou informalmente um jardim que

merece e merecerá sempre esse nome, o jardim à volta do Palácio dos Coruchéus é quer queiramos quer não o Jardim João Ribas. Disse.”-----

----- **O Sr. Vereador João Afonso:**-----

----- “Queria saudar o Mário Rui Souto, meu amigo de longa data, os amigos do João Ribas e todos aqueles que assinaram esta Petição e dizer que é no mínimo contagiante esta Petição.-----

----- Para quem cresceu em Lisboa no Toca a Abrir, para quem cresceu a ouvir os Censurados achando que eles eram uns tipos mais velhos que sabiam muito mais do que nós, esta homenagem tem muito que se lhe diga. No dia 25 de Abril acabámos a noite em Alvalade, eu aqui com o André Caldas ao lado dos Coruchéus e a Catarina Albergaria dizia, com alguma sentida tristeza, se eu sabia que o João Ribas tinha morrido. Acho que tinha morrido, não sei, acho que tinha morrido na altura! Bom, algo que me deixou assim um bocado agitado e alterado, e apesar de estar a beber Água das Pedras eu fiquei a pensar se não devia beber outra coisa qualquer, para recuperar o fôlego.-----

----- Mas por isso queria dizer que marcar a presença da cidade com pessoas como o João Ribas, que marcaram a vida de tantos que foram jovens nesta cidade, que mostram uma outra cidade que por vezes tendemos a esquecer nestes factos solenes dos nomes de rua é essencial! A cidade é feita de diversidade, de vontade de imprimir vontades e de crescer de outras formas e, portanto, as minhas saudações e Viva o João Ribas!”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto:**-----

----- “Na verdade a memória das cidades é feita através do seu edificado, dos seus costumes, mas é também evocada através das pessoas que a habitam e que nela se notabilizaram, é o caso do João Ribas, um jovem que morreu cedo e nesse sentido faz todo o sentido que a proposta de atribuição do seu nome a um jardim e neste momento até já com uma localização bastante precisa seja submetida à Comissão Municipal de Toponímia, que é o Órgão competente da Câmara para atribuir este tipo de nomeações.-----

----- É o que me cabe dizer como responsável por esta área da Toponímia, lembro também que na próxima sessão penso que desta Assembleia será discutido o novo Regulamento da Toponímia Municipal e que já precisamente prevê alargada estes modos de preservação de memória, não só através da atribuição de nome de arruamentos mas a jardins, a escolas e, portanto, eu acho que este é um caso que deverá ser considerado no seu contexto adequado. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. Estamos portanto em condições de passar à votação da conclusão principal que ressalta deste debate e da Petição apresentada, que é no fundo aquilo que nos propõe a Sétima Comissão que é expressar a concordância relativamente ao conteúdo da Petição nº. 4, manifestando-se esta Comissão favorável à criação do Jardim João Ribas no espaço envolvente à Biblioteca Municipal dos Coruchéus.”-----

----- Submeteu à votação o **Parecer da Sétima Comissão** relativamente à Petição nº 4, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade e aclamação**.-----

----- **Petição nº. 5 – Contra o encerramento/relocalização da biblioteca municipal da Penha de França, ao abrigo do artigo 85º, nº.7 do Regimento.**-----

----- (O Texto da Petição nº5 fica anexado a esta Ata como anexo 6 e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da Sétima Comissão relativamente à Petição nº 5 fica anexado a esta Ata como anexo 7 e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Ela foi apreciada também pela Sétima Comissão e para já tem a palavra a Senhora Doutora Ana Rita Amado, que eu tenho indicação que tem uma apresentação para fazer.”-----

----- **A Senhora Doutora Ana Rita Amado:**-----

----- “Eu venho em representação de leitores em defesa da Biblioteca da Penha de França. Temos neste momento uma petição pública online que conta já com mais de 840 assinaturas, uma petição em papel que também é superior a 540 assinaturas, pensamos ser um movimento expressivo aquele que venho aqui representar.-----

----- Vou fazer um breve historial da forma como nos inteirámos desta questão, depois relembrar uma série de questões que temos vindo ao longo, desde 26 de abril, a reiteradamente pôr aos vários Órgãos da Câmara Municipal de Lisboa e depois um conjunto de conclusões que nos parecem advir do todo este processo.-----

----- Ora bem, começando pela questão do historial nós entregámos em papel aos diversos grupos aqui representados uma listagem mais extensa do historial. Destacamos aqui algumas questões nomeadamente o facto de nos termos inteirado da relocalização da Biblioteca da Penha de França através da comunicação social, nomeadamente um artigo no Jornal Público a 26 de abril. Posto isto começámos a indagar acerca desta questão, o único documento na altura ao qual conseguimos aceder foi a proposta nº. 115/2014, constante do Boletim Municipal onde de facto se fala na passagem de edifícios para o domínio das juntas de freguesia, de edifícios municipais, entre os quais aquele onde se localiza actualmente a biblioteca da Penha de França, neste documento não se vê acautelada nem mencionada a existência da biblioteca neste edifício.-----

----- No dia 28/4 fomos à Assembleia de Freguesia indagar mais uma vez acerca do que se passava e aí tivemos conhecimento que estava em curso de facto a transferência da Biblioteca para a Rua Francisco Pedro Curado. Não conhecemos nenhum documento anterior que refira a transferência desta Biblioteca.-----

----- Continuando um pouco o historial, que como já disse é resumido, a 9/5 foi feita uma Carta Aberta à Senhora Vereadora da Cultura que nessa sequência recebeu duas das petionárias, a 20/5, nessa reunião foram reconhecidas deficiências no espaço de relocalização da Biblioteca, que lamentamos não constarem no presente relatório da Sétima Comissão de Cultura e foi apresentada a decisão de deslocação da Biblioteca como uma cedência face a um processo de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia.-----

----- Lançamos então, porque obviamente nos surgiram uma série de questões, reiteradamente temos vindo a fazê-las e não temos tido uma cabal resposta às mesmas. Porque não foi equacionada antes da transferência, antes a transferência das instalações da Junta para o espaço na Rua Francisco Pedro Curado? Esta é para nós uma das questões que se põem primeiramente neste processo. Esta transferência seria em termos de redução de custos e de logística uma opção mais sustentável, tanto quanto viemos a apurar em reunião aberta da Junta de Freguesia da Panha de França, realizada a 20/5/2014, que o Executivo dela pediu também à Câmara um espaço análogo ao previsto para a realocação daquela Biblioteca na mesma rua.-----

----- Ora com dois espaços com cerca de 250 m2 cada a Junta poderia criar um polo e com centralidade relativamente à Freguesia actual da Penha de França e a mesma centralidade que é alegada para a transferência da Biblioteca Municipal.-----

----- Temos uma segunda questão que é a seguinte: qual é a legitimidade da decisão política de transferência de um edifício de uso de Biblioteca pelos munícipes para uma Junta e uso pela mesma para fins meramente administrativos? Lemos com atenção o Programa das Bibliotecas 21 e não vemos nele referidas, para além da prevista ampliação da biblioteca, não vemos referida a transferência do local desta mesma biblioteca. Se a deslocação foi apenas motivada por questões externas mais uma vez perguntamos como se acautela a valência cultural deste edifício e como é que aparece só à posteriori e aliás ainda em preparação um plano funcional para esta biblioteca. -----

----- Uma terceira questão que já decorre da análise do presente Relatório da Sétima Comissão de Cultura é a seguinte: porque é que no Relatório apenas se elencam aspectos negativos para o actual espaço, o que naturalmente desatende o milhar de peticionários que defendem a manutenção da biblioteca e os aspectos positivos para a prevista realocação. Ora os aspectos positivos apontados ao espaço na Rua Francisco Pedro Curado não servem com mais justiça a transferência da Junta? Ou seja, entre eles a centralidade em relação à Freguesia, os acessos para a população idosa? -----

----- Se a atual localização da Biblioteca apresenta tantas deficiências, como as que são evocadas, como poderá servir condignamente a Junta de Freguesia e os seus fregueses? Ora, quanto a nós e também decorrente da análise do Relatório da Sétima Comissão de Cultura sobre esta Petição decidimos elencar também sete critérios positivos e sete critérios negativos e alguns mais de carácter mais subjectivo que consideramos aspectos relativos, digamos assim, relativamente a todo este processo.---

----- Como aspetos positivos do atual espaço há um lógico que nos afigura como o primeiro é o facto da Biblioteca já existir, estar em boas condições, não ser preciso fazer nenhuma biblioteca nova e não ser preciso gastar dinheiro. A mesma Biblioteca foi requalificada e valorizada ao longo dos seus mais de 50 anos de existência pelas mesmas entidades que agora pretendem transferir, sendo que as obras mais recentes datam de 2009 e ao que julgamos saber tiveram um valor de 18 mil e 500 euros. A Biblioteca tem uma localização central em zona nobre, visível de passagem e de frequência, está integrada num pólo cultural cumprindo o requisito das Bibliotecas 21,

não só se situa também ela perto de escolas como em frente à piscina que o Município há muito promete reabrir, ao lado de um novo centro de ateliers e residências artísticas apoiado pela própria Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Faltam-me três dos sete aspetos positivos, um deles, que me é particularmente caro é o espaço infanto-juvenil próprio, autónomo, com diferenciação de leitura para os mais pequenos e os adolescentes, onde são desenvolvidas atividades com todo o interesse e com todas as condições, Para além disso o atual espaço tem uma área de 260 m<sup>2</sup>, com espaço de leitura pública e de recolhimento bem demarcados, boas condições de luminosidade e possibilidade de expansão de utilização do espaço exterior adjacente, o que tem sido inclusivamente feito em atividades recentes. Possui um acervo de cerca de 25 mil documentos, com depósitos no local.-----

----- Como disse vamos referir também sete aspetos negativos relativos ao espaço de realocização. Acrescentámos ali um “tanto quanto sabemos” porque até à data não nos foi facultada, apesar de pedido, o acesso ao interior deste novo local na Rua Francisco Pedro Curado, ora bem, este novo local obviamente precisará de obras, o que no nosso entender seria mais lógico que estas obras deveriam ser obras para a Junta, já que esta precisará de obras, quer ocupe o local actual da Biblioteca quer se mude para este novo espaço. Este novo local precisa de um plano funcional que ainda não é conhecido e há também custos de pessoal e logísticos inerentes à realização do mesmo. Tem um só piso inferior e recolhido ao nível da rua, com problemas de sinalização, de visibilidade, numa zona que não é de passagem e onde as pessoas terão que fazer desvios obrigatórios para aceder à Biblioteca. Tem, deficiências ao nível da demarcação de espaços de leitura, designadamente o recuo na conquista de um espaço infanto-juvenil autónomo, uma vez que se irá tratar de um *open space*.-----

----- Temos também dúvidas relativas ao acesso ao depósito de livros e à conservação do acervo, há a necessidade de insonorização da tubagem de saneamento do edifício e há uma necessidade de tratamento acústico considerando as múltiplas superfícies envidraçadas deste espaço.-----

----- Decidimos elencar também aspectos que se nos afiguram como aspectos subjectivos e que intitulámos aqui no slide de “Informativos”. Esta é uma Biblioteca...”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Tenho que lhe pedir, peço desculpa, mas como já terminaram os seus 10 minutos, tenho que lhe pedir que seja agora sucinta na parte final Obrigada.”-----

----- **A Senhora Doutora Ana Rita Amado:**-----

----- “Então eu vou elencar alguns aspectos, nomeadamente são aspectos que nos inspiraram questões e que são referidos no Relatório que todos terão acesso e nomeadamente nos parecem que são aspectos que são referidos sem a devida fundamentação e sem haver, digamos, uma cabal justificação dos mesmos. Eu vou passar aqui para abreviar uma vez que também têm este documento em mãos.-----

----- Uma quarta questão que gostaríamos de ver respondida é como é possível um Relatório de uma Comissão de Cultura centrar-se em aspetos técnicos, alguns que são

afinal bastante subjetivos e pouco referir os aspetos de impacto na valorização da cultura e da leitura.-----

----- Como em jeito de conclusão, dado que o tempo é pouco e decidimos aliás elencar todas estas questões, porque não fomos ouvidos pela Sétima Comissão da Cultura, ao contrário da outra parte interessada neste processo, que é a Junta de Freguesia da Penha de França, gostaríamos nas conclusões de ressaltar aqui o nosso pedido para que não se aprovem nomeadamente a conclusão geral do Relatório da Sétima Comissão quando refere que o espaço previsto para estas novas instalações tem capacidade para receber a Biblioteca, ora não existindo um programa funcional e o respectivo projecto que está ainda em fase de elaboração julgamos que este Relatório deve ir no sentido de não se concluir o processo antes da análise do documento em falta, gostaríamos de ser ouvidos nesta análise, gostaríamos que a Associação de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas também o fosse, os funcionários da Biblioteca também, queríamos um acesso paritário aos documentos e às decisões e gostaríamos que novamente fosse reavaliada a questão das vantagens e desvantagens dos espaços, equacionando a mudança da Junta de Freguesia em vez da Biblioteca da Penha de França. -----

----- Deixo aqui um último *slide*, que nos parecem haver inclusivamente alguns elementos em falta que ainda não conseguimos ter acesso a eles.-----

----- Agradecimentos e recomendações...” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Eu pedia realmente, é que temos que concluir! Peço desculpa, de qualquer maneira este documento será distribuído.” -----

----- **A Senhora Doutora Ana Rita Amado:** -----

----- “Esse documento está por escrito.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “E será colocado no *site*, se nos puder dar a versão, temos a versão do documento aí e vamos disponibilizá-lo no site.” -----

----- **A Senhora Doutora Ana Rita Amado:** -----

----- “Sim, sim, enviamos. De qualquer forma ressaltar também que questões que gostávamos de ver respondidas por escrito.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Certamente o assunto continuará nessa parte que não está respondida ainda, em todo o caso já podemos acender a luz. -----

----- Em todo o caso eu queria chamar a sua atenção que há aqui uma pequena nota que eu tenho que ressaltar e que é o seguinte: a Mesa quando recebeu o Relatório da Sétima Comissão, na análise deste Relatório diz que esteve presente o Doutor Rui Pinto de Almeida como primeiro subscritor deste Petição e, portanto, se não esteve.... Não esteve presente? Peço desculpa, não é a subscritora desta Petição? Ah, da Petição anterior! Pronto, ok, muito obrigada, é da Petição anterior, portanto, a Mesa deixa de qualquer maneira aqui uma chamada de atenção que as Petições antes de virem a Plenário, os primeiros peticionários devem ser ouvidos pelas Comissões, antes das Comissões virem a Plenário, têm esse direito e facilitaria a nossa vida se houvesse

uma audição dos petiçãoários antes da Petição ser sujeita à apreciação do Plenário, e deixo esta recomendação para o futuro.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV):** -----

----- “A presente Petição surge no contexto da anunciada transferência da Biblioteca da Penha de França, das instalações onde funciona desde 1964, uma antiga casa senhorial do Século XVI, situada no cruzamento entre a Calçada do Poço dos Mouros e a Travessa do Calado para uma outra zona, numa loja de um edifício de habitação na Rua Francisco Pedro Curado, entre as Avenidas General Roçadas e Mouzinho de Albuquerque. A Biblioteca foi a primeira das Municipais de Lisboa a ser remodelada, informatizada já em 1992, tendo sido objecto de nova requalificação em 2009. Dispõe de cerca de 25 mil documentos, presta serviços de consulta local e empréstimo domiciliário, apoio à investigação. Espaço infanto-juvenil próprio, autónomo da leitura geral e actividades de promoção da leitura e das literacias, facultando o acesso à comunicação social e internet, entre outros, a diversos desempregados.-----

----- Segundo o programa de avaliação e desempenho PAD BLX de 3 de junho de 2014 a Biblioteca serve prioritariamente as Freguesias da Penha de França, Areeiro, São Vicente e Arroios, por isso e de acordo com a proposta nº. 4/2014 este equipamento foi considerado estruturante, ficando na dependência da Câmara.-----

----- A Proposta nº. 249/2012, que aprovou o Programa Estratégico Biblioteca 21, proposta de requalificação da rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa indica que a Biblioteca da Penha de França ocupa hoje 230 m<sup>2</sup>, prevendo que venha a ser substituída por uma outra com a área de 460 m<sup>2</sup>, no entanto, a transferência agora proposta é afinal para um espaço com apenas 257 m<sup>2</sup>, com recurso a um eventual acesso adicional a um pátio pertencente ao condomínio do prédio. Recorde-se ainda que entretanto foi desactivada na área da freguesia uma sala de leitura existente no edifício da antiga Junta de Freguesia de São João, o motivo apresentado deve-se ao argumento de a Junta precisar de mais espaço para o seu funcionamento, no entanto estranha-se que apenas tenha sido equacionada a transferência da Biblioteca, mas que se saiba não o foi a mudança de instalações da própria Junta para uma zona mais central da freguesia como seria óbvio.-----

----- Recorde-se que no passado mês de abril a Associações Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, a BAD se tinha reunido com a Senhora Vereadora da Cultura no seguimento da decisão de transferência de algumas bibliotecas para as Juntas de Freguesia, mas estranhamente nada lhes foi adiantado quanto a esta decisão de mudança, decisão que afinal já se encontrava tomada.-----

----- A BAD estranha esta transferência tendo em conta que em 2008/2009 a Biblioteca da Penha de França sofreu obras de beneficiação de quase 18 mil e 500 euros e que agora o Município terá de dispender mais cerca de 18 mil euros para a adaptação das novas instalações antes da mudança para a referida área de 460 m<sup>2</sup> prevista no Programa Estratégico Biblioteca 21. Assim, para a BAD esta decisão vem novamente comprovar as suas preocupações quanto ao funcionamento da rede de bibliotecas municipais de Lisboa, já explanadas a quando da recente decisão de transferência de sete Bibliotecas Municipais para as Juntas de Freguesia e no caso da

Penha de França quanto ao destino da colecção constituída por cerca de 25 mil documentos. -----

----- A BAD conclui que para além da partilha de preocupações quanto ao futuro deste equipamento cultural poderá vir a estar em causa a própria salvaguarda da manutenção de espaços, colecções, fundos documentais, designadamente o infanto-juvenil, serviços e recursos humanos e materiais.-----

----- Pergunta-se, Senhora Vereadora, confirma o Executivo que esta colecção vai ser desmembrada?-----

----- Quanto às acessibilidades o Relatório da Petição nº. 5 omite que o edifício da Biblioteca dispõe de elevador interno, que serve os dois pisos do Palácio Diogo Cão, embora sem acesso a cadeira de rodas, bem como possui uma porta para saídas ocasionais ou de emergência no piso inferior, recorde-se que neste equipamento desempenha funções um funcionário com mobilidade reduzida, que utiliza o elevador quando necessário.-----

----- No mesmo Relatório em 2.1 alínea d) é referida a distância dos transportes públicos, o que não corresponde à verdade pois existe paragem da CARRIS exactamente à porta do edifício, ao contrário do que acontecerá no futuro espaço previsto. Indica ainda em 2.2 alínea a) a possibilidade de expansão de utilização de 600 m2 após a mudança, omitindo que esse espaço exterior, situado num terraço depende afinal do condomínio do prédio, tendo o seu uso necessariamente que ser alvo de negociação.-----

----- Também na página 4 deste Relatório se refere que se prevê que a Biblioteca venha a ser aumentada para um equipa de 5 funcionários, o que não é de todo verdade, com efeito até há pouco tempo a Biblioteca dispunha realmente de 8 técnicos, vendo-se actualmente reduzida a apenas 5, pelo que não se prevê qualquer acréscimo do número de técnicos BAD. Também na mesma página 4 se refere que o horário será das 10h às 18h quando de facto o horário acabou de ser reduzido de uma hora diária de abertura ao público.-----

----- Perante a incongruência dos dados do Relatório estranha-se que a Comissão não tenha ouvido, como era sus obrigação nem os peticionários nem os funcionários da Biblioteca.-----

----- Senhora Presidente, este processo está a ser apressadamente mal conduzido. Tendo em conta a escassez de oferta de serviços culturais da área das Freguesias da Penha de França, Areeiro, São Vicente e Arroios os Verdes são do parecer ser vantajosa a manutenção de no mínimo para já dois pólos da Biblioteca da Penha de França até à construção prevista no Programa Estratégico Bibliotecas 21. As conclusões do Relatório propõem e bem que se mantenha um pólo da Biblioteca em funcionamento no Palácio Diogo Cão, mas e apenas para entrega e recepção de documentos, ora tendo em consideração a tipologia local de consulta especializada que predomina nas actuais instalações para além da mudança dos restantes serviços biblioteconómicos o Grupo Municipal do PEV defende ser de todo o interesse para a comunidade e universo de utilizadores que seja também salvaguardo no actual espaço um gabinete ou alvéolo de leitura.-----

----- Questionamos ainda a Câmara Municipal sobre se esta mudança e a despesa que ela implica são temporárias e se mantém ou não o seu projecto de construção previsto no Programa Estratégico Biblioteca 21 para uma área de 460 m2.-----

----- Senhora Vereadora, será que este Programa já foi definitivamente relegado para as calendas gregas?-----

----- Finalmente, considerando que a Câmara não apresentou à Sétima Comissão qualquer programa ou projecto, sejam eles funcional ou de execução, nem sequer uma planta, mesmo que provisória sobre a redistribuição da colecção, a arrumação dos cerca de 25 mil documentos, espaços funcionais para grupos de utilizadores e serviços técnicos para os funcionários, o processo referente à presente Petição nº. 5 não deve de imediato ser encerrado, devendo ser reavaliado aquando da apresentação dos referidos documentos técnicos pela Divisão da Rede de Bibliotecas, é este também o sentimento dos peticionários que Os Verdes daqui mais uma vez saúdam. Muito obrigada Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais, nós estamos confrontados neste momento com um problema de Agenda, eu quero levar o debate desta Petição naturalmente até ao fim, não faz sentido ele ser interrompido a meio, temos uma Sessão às 6 horas da tarde com outro assunto, portanto, eu pedia, na medida do possível, aos Senhores Deputados Municipais que pudessem sintetizar a fim de pudermos executar a votação das conclusões desta Petição em tempo. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS):**-----

----- “Este assunto é-nos trazido aqui tendo em conta a Petição contra o encerramento da Biblioteca da Penha de França, esta Petição surgiu consoante as notícias ou uma notícia que veio a público e esse historial já foi feito também pela documentação distribuída pelos peticionários, quando de facto aquilo de que se tratava era de uma mudança de instalações, não do encerramento da Biblioteca Municipal da Penha de França, que aliás é uma biblioteca âncora e uma biblioteca estruturante para a cidade de Lisboa.-----

----- Esta eventual mudança de instalações já estava prevista no Plano Estratégico Bibliotecas 21 e por outro lado também é inegável dizê-lo, que a partilha, o edifício com a sede da Junta de Freguesia da Penha de França torna-se inegável que neste momento com as novas competências que transitaram para a Junta de Freguesia, a Junta necessita de espaço para os seus novos trabalhadores e para instalar os seus serviços.-----

----- Posto isto, os peticionários evoluíram, também consoante as notícias que nós na altura tivemos acesso pela comunicação social, evoluíram na sua posição opondo-se no fundo à mudança de instalações da Biblioteca, nesse sentido a Comissão de Cultura, a Sétima Comissão entendeu por bem visitar o local e convidar alguns responsáveis, inclusivamente o primeiro peticionário da petição que já antes tinha dado entrada sobre a Rede Municipal de Bibliotecas, que no fundo nos permitia ter também um acompanhamento e uma leitura geral daquilo que se estava a passar um pouco por toda a cidade a nível das alterações a nível das bibliotecas a também a

Directora das Bibliotecas de Lisboa acompanharam-nos nessa visita e reuniram connosco no local. -----

----- Aferimos justamente as condições técnicas para operar esta mudança e nas novas instalações propostas, que estão neste momento em proposta, para o qual se vai efectuar essa transferência conseguimos identificar alguns pontos positivos, esses pontos constam aliás do Relatório, mas nunca é demais salientá-los, um espaço em toco, isto é, um espaço que permite justamente agora alterações e adaptações àquilo que se quer uma Biblioteca do séc. XXI, com cerca de 257 m2 e a possibilidade da utilização de um espaço exterior com 600 m2 que pode eventualmente ser usado para actividades mais voltadas para o público infanto-juvenil ou também para as famílias, até com a criação de estruturas, com obviamente a negociação com o condomínio, isso não se nega, mas estamos aqui e a Câmara Municipal está justamente aqui para fazer pontes também para que a Biblioteca possa ter esse espaço, um espaço que no fundo possa significar alguma expansão, também identificámos uma maior centralização tendo em conta o que é a nova Freguesia da Penha de França, isso permitirá eventualmente uma captação de novos leitores, facto que não é de pouca importância, encontrámos melhores acessos, mais estacionamento disponível e também serviços de transporte. -----

----- A proximidade e a envolvência destas novas instalações, que são rodeadas pela Escola Secundária Nuno Gonçalves, tendo também uma escola básica nas suas imediações e um centro social, também configuram ali um pequeno pólo social e cultural que pode vir a ser dinamizado e deve ser aproveitado também para dinamizar aquela área em concreto da Freguesia.-----

----- Por último, a Senhora Directora das Bibliotecas de Lisboa esteve presente e disse-nos que não há qualquer impedimento de ordem técnica para que o espaço em causa se possa transformar numa biblioteca âncora e possa aplicar um plano funcional dentro dos conceitos já previstos e programados. Asseguradas estas condições o Grupo Municipal do Partido Socialista não vê quaisquer razões para que não possa ocorrer esta mudança de instalações. Entre outras conclusões do Relatório gostava de relevar justamente a proposta da Comissão de criação ou de manutenção no fundo de um pequeno ponto de recolha de livros, eventualmente de consulta de periódicos que se possa manter no edifício da Diogo Cão, no Palácio Diogo Cão, permitindo justamente que os leitores que já estão acostumados ou que eventualmente tenham problemas de mobilidade ou alguma idade possam continuar a relacionar-se afectivamente com aquele edifício e usufruir deste serviço, o serviço de entrega e recolha de livros.-----

----- Achamos no geral que esta solução é equilibrada tendo em conta justamente a circunstância do tempo, a circunstância que estava criada, resolvendo assim uma aposta numa Biblioteca da Penha de França que tenha espaço para uma possível expansão, que tenha possivelmente uma melhoria das suas condições e dos serviços a apresentar aos leitores, permitindo também à Junta de Freguesia ter os seus serviços concentrados e ter os seus trabalhadores condignamente instalados para levarem a cabo também a sua missão pública absolutamente fundamental, fora isto a Senhora

Presidente da Sétima Comissão já tinha informado os Deputados Municipais que fazem parte da Comissão que pretendemos ouvir os peticionários numa segunda fase, este processo não acaba aqui, iremos continuar a acompanhar e ouvir os peticionários justamente quando nos fizerem chegar o plano funcional da Biblioteca e também o projeto de arquitetura. -----

----- É na discussão justamente do conteúdo que eu acho que nós podemos apresentar as melhorias a serem levadas a cabo de futuro, muito mais do que propriamente na discussão das instalações. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE):** -----

----- “No Bloco de Esquerda defendemos que os equipamentos municipais devem ter obviamente as melhores condições possíveis e só isto pode justificar um processo de transferência de qualquer equipamento, ainda para mais quando os equipamentos que já existem são um importante pólo social, um importante pólo de convívio e de utilização e são um lugar acarinhado pelos cidadãos e utilizadores desse mesmo equipamento e, portanto, parece-nos que neste processo há dois pontos importantes a assegurar, o primeiro é que as novas instalações são de facto melhores que as instalações que actualmente existem e aqui parece-nos também que ainda existem dúvidas, faltam alguns documentos, falta o plano funcional, o espaço ainda não é conhecido, falta garantias de existência de um espaço infanto-juvenil autónomo, falta um conjunto de garantias para que possamos saber e ter a certeza que o novo espaço da Biblioteca da Penha de França tem melhores condições do que o anterior, porque sem esta prova e sem isto estar provado não há qualquer motivo para se fazer a transferência. -----

----- O segundo ponto que nos parece importante assegurar é o deque a população é envolvida neste processo, é informada neste processo, tem direito a uma opinião neste processo, tem direito a visitar e a colaborar e a contribuir para as tomadas de decisões e que a população concorda com a alternativa que é apresentada pelo Município, e aqui também nos parece que há um processo que deve ser criticado desde início, não faz muito sentido que havendo um grupo activo na Penha de França de utilizadores, que este venha a ter conhecimento da deslocalização da Biblioteca através da comunicação social, acho que aqui falou e achamos que aqui falhou o diálogo com os cidadãos e os utilizadores dessa Biblioteca e é esse o ponto, pensamos nós, deve ser esse o ponto de partida para este processo.-----

----- Dizer desde já que nos parece que o parecer apresentado aponta boas soluções, concordamos com algumas das considerações políticas feitas pelo PCP e pelos Verdes a este parecer. A manutenção de dois pólos, sendo que um deles já tem uma ligação afectiva aos moradores e o outro pode contribuir para dar novas valências à Biblioteca parece-nos uma possibilidade relativamente positiva e com vantagens, mas apesar de tudo ou acima de tudo achamos que este processo ainda não está encerrado.-----

----- Vamos ver o plano funcional, vamos ouvir os peticionários, vamos visitar e conhecer de facto as instalações, vamos tentar chegar a um consenso e tentar que este seja aquilo que se pede de um processo destes, que é um processo participado e tão

consensual quanto possível. São esses os votos que fazemos, as considerações que fazemos de um processo que nos parece que ainda não está nem pode estar encerrado. -  
----- Tentaremos, da parte do Bloco de Esquerda, que agrade a todos e a todas e que sobretudo garanta as melhores condições de equipamento aos moradores da Penha de França. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa chama a atenção que dentro de 5 minutos vai encerrar a votação para o Representante no Conselho, os Senhores Deputados Municipais que ainda não votaram por favor vão fazê-lo rapidamente e pedia então para depois destes 5 minutos a Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa e o Senhor Deputado Municipal do PSD, que eu também não sei ainda qual é, o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves vão dirigir-se á sala para o escrutínio.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----

----- “Nós visitámos, enquanto Comissão, dia 4 de junho, as instalações actuais da Biblioteca e as instalações que estão em vias de serem intervencionadas e desde logo entendemos que a posição da Comissão deveria ser uma posição de aguardar que os documentos que estão em preparação fossem analisados pela Comissão.-----

----- Nós aprovámos este Relatório mas como um Relatório intermédio e quisemos foi acautelar a situação remetendo para avaliação dos projectos de adaptação, o programa funcional e o processo de execução, ainda não concretizados, para a possibilidade de existência de um espaço nas actuais instalações, caso houvesse a mudança, que pudesse obviar problemas de mobilidade de utentes, como dizemos na nossa adenda e conforme Os Verdes propõem apoiar a vertente da investigação, parecia o mínimo.-----

----- Para além disso propusemos que democraticamente os peticionários fossem ouvidos na Comissão antes da discussão em Plenário, esta na nossa Adenda, e quando um grupo propõe que sejam ouvidos os peticionários deve ser atendido, digamos, essa proposta deve ser atendida pela Mesa, pela própria Comissão.-----

----- Já aconteceu na Petição contra a desagregação da Rede de Bibliotecas que isso não foi acautelado contra a nossa opinião, o que se revelou depois em Plenário que foi um erro, porque a intervenção do principal, digamos, daquele que assinava à cabeça a Petição revelou-se extraordinariamente positiva e depois foi ouvido em Comissão e daí resultaram grandes perspectivas de trabalho até em conjunto.-----

----- Porquê então agora mais esta posição de não audição, mesmo sob proposta do PCP? Isto, estou a falar da Comissão. Quando as coisas parecem claras e parecem a nós razoavelmente claras mais se impõe a democraticidade dos actos, daí termos recorrido a uma Adenda ao parecer porque as nossa propostas não foram aceites na Comissão e não foram incluídas no parecer e, portanto, o que nós propomos é que adiemos a votação das conclusões do Relatório, que é intermédio, que ainda não concluiu, não viu os documentos, etc., que ouçamos os peticionários, analisemos o programa funcional e o projecto de execução e possamos trazer aqui à Assembleia de facto já um Parecer mais completo e mais conclusivo sobre as questões que se põem e seja tudo entendido e resolvido democraticamente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND):** -----

----- “Em primeiro lugar agradecer na pessoa da Senhora Presidente a todos e a todas os que na Comissão da Cultura quer na visita quer na larga discussão gerada ajudaram de alguma forma à elaboração deste Relatório, àqueles que o fizeram de facto o meu agradecimento. Saudar ainda naturalmente a Petição e os peticionários que serão obviamente ouvidos aquando da realização e da co análise do verdadeiro programa funcional que ainda não nos foi remetido.-----

----- Abordamos hoje um tema referencial apaixonante, porque foi e é com paixão que a minha geração, e tantas outras, encarar o objecto livro. Sonhamos, viajamos e elevamo-nos a patamares de outro nível!-----

----- A palavra Biblioteca ainda hoje ecoa em nós associada ao Convento de Mafra ou à Velha Universidade de Coimbra, a Kafka ou a Shakespeare, a “Eragon” ou a Borges, a Camões ou a Herculano, mas o conceito de Biblioteca, palavra de origem como todos sabemos, espero, *biblos teca*, conjunto ou depósito de livros evoluiu formidavelmente, a biblioteca é hoje um espaço de leitura, de leituras, mas também de uma grande panóplia de atividades de apetência pela vivência única que esse *biblos* potencia, é ainda um espaço de convivência intergeracional, de investigação, um polo de divulgação cultural e, para mim decisivo, um permanente desafio ao *meaning* social.-----

----- O presente Relatório é apenas e somente algo que nos desafia, analisados os dois espaços em causa aponta apenas metas de desenvolvimento no programa funcional, a Biblioteca de Penha de França, cuja nova localização pode, a meu ver ser uma rota de todas e todos os que amam o livro, os que ainda amam o livro e que acima de tudo acreditam e continuam a acreditar que no futuro, também para os meninos que ainda não tiveram infância, esse futuro será possível.-----

----- Para mim, aqui vou dar a minha opinião não como relatora mas como cidadã, há de facto um *meaning* social que se pode fazer neste antigo Vale Escuro, se esta Biblioteca um dia for elevada ao estatuto de biblioteca âncora não tenho dúvidas de que será uma formidável experiência de origem social. Esses meninos, que não tiveram infância, têm direito a estar a par dos outros meninos. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa regista um pedido da Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso, como um protesto à intervenção, para defesa da honra em relação à intervenção do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro. Não podemos impedir essas intervenções de defesa da honra, portanto, peço o microfone para a Senhora Deputada Municipal Simonetta.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS):**-----

----- “Eu queria apenas deixar claro que é uma questão de método de trabalho, os peticionários conheciam muito bem o assunto. A Comissão não conhecia o assunto, portanto, fizemos imediatamente uma visita, além disso tínhamos um prazo de entrega do parecer bastante curto, trata-se de um parecer complicado e decidimos ir ver as instalações, antigas e novas, avaliar tecnicamente toda a questão, ouvir a Câmara de Lisboa, a Senhora Bibliotecária, a Senhora Vereadora, etc., fazer o nosso parecer, parecer esse que é intermédio, isto é, nós não nos opomos à transferência desde que

algumas destas sugestões sejam integradas num programa-base e num projecto que ainda não existe, ou que pelo menos não nos foi dado a conhecer e por conseguinte numa segunda fase, porque isto não terminou, nós ouviremos os peticionários como ouvimos também os da Rede das Bibliotecas que se tornaram até nossos parceiros, mas precisamente quisemos ter primeiro a informação e ouvir os peticionários perante alguma coisa concreta sobre a qual possamos discutir, aliás, nós não conhecemos nem a biblioteca antiga nem o espaço proposto para a nova biblioteca e foi isso que fomos fazer e é isso que deu resultado deste Relatório que permitirá à Câmara repensar o assunto e depois voltarmos a trabalhar em conjunto.-----

----- Essa, assim é que está a questão correcta! E foi esta a questão que foi posta nestes termos! Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD):**-----

----- “Agora a Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso pôs claro aquilo que se passou em termos da responsabilidade da própria Comissão na análise deste problema. A Comissão não conhecia o assunto, nem um caso nem o outro e deu-se ao trabalho de o conhecer e para o conhecer fez com que estivessem presentes técnicos capazes de poder avaliar quer uma situação quer outra, foi o que aconteceu, aliás, eu gostei imenso da reunião, assisti a ela não como Deputado Municipal permanente da Comissão mas como Deputado Municipal substituto e sinceramente gostei. Gostei da intervenção da Técnicas Municipais, das responsáveis pelas bibliotecas que me pareceram bastante bem actualizadas e bastante bem preocupadas relativamente àquilo que é o funcionamento correcto das bibliotecas municipais e pareceu-me lógico que visitássemos as duas áreas para podermos perceber de uma maneira objectiva quais eram as vantagens e as desvantagens de uma e de outra.-----

----- As vantagens para os peticionários é em relação à actual localização, é óbvia, há naturalmente uma habituação das pessoas em utilizar aquele espaço, estão relacionadas com ele, tem algumas condições razoáveis e é perfeitamente natural que o defendam, é legítimo, é natural e é natural também que lutem pelos seus objectivos e pelas suas razões e daí até louvar a intervenção dos peticionários porque é a prova que estão atentos e que a população de Lisboa está atenta àquilo que são as determinações da Câmara e à defesa dos interesses coletivos.-----

----- Agora nós estamos confrontados numa posição em que uma biblioteca está instalada numa Junta de Freguesia, que naturalmente tem para já dificuldades em termos de espaço, a própria Junta, a relação entre a Junta e a Biblioteca nem sempre será a melhor na medida em que o trabalho normal de uma Junta não é igual ao trabalho normal de uma Biblioteca, portanto, poderá aí haver conflito de interesses entre pessoas que utilizam uma e outra instalação, portanto, aí as áreas de utilização são diminutas, embora muito bem conservadas, muito bem utilizadas e aproveitado muito bem aproveitado o espaço. -----

----- O outro espaço, o outro espaço está numa zona, como já aqui se disse, com outras carências em termos até populacionais e pode ser um instrumento aglutinador e precursor de alguma atracção em termos daquilo que são as pessoas, que são talvez mais necessitadas em termos de formação cultural do que na anterior, mas é de

alguma forma, como aqui foi dito por várias pessoas que intervieram e nomeadamente pela Deputada Municipal relatora, é de alguma forma ainda uma incógnita, ainda é uma incógnita, é um espaço grande, pode ser ampliado, é um espaço que não oferece grandes dificuldades de acesso, não estão a ver, é um espaço que rapidamente daqui, se eventualmente for lá instalada a biblioteca, daqui a um ano ou ano e meio já toda a gente o referencia como a Biblioteca, portanto, é uma questão depois de utilização.----

----- Tem algumas dificuldades em termos de sonorização, foi aqui apresentado esse problema e é verdade, nomeadamente em relação ao isolamento dos canos que passam no tecto da cave onde ela se vai instalar, mas desde que haja reconhecimento, e pareceu-me que da parte das responsáveis, da Responsável pelas Bibliotecas uma grande preocupação em que aquele espaço seja, que venha a ser utilizado de uma forma correcta e competente, desde que haja de facto um bom aproveitamento daquele espaço, desde que se façam as obras necessárias a que tenham condições para terem uma área para investigação, para ter uma área mais ou menos lúdica, infanto-juvenil, para ter uma área de leitura normal, todos aqueles espaço, até ter uma área de formação e de atelier, que eventualmente pode vir a ter, como aliás se faz em outras bibliotecas, eu penso que para mim pode ser, agora têm que nos demonstrar.-----

----- Nós temos, nós Deputados Municipais, temos a responsabilidade de dar um parecer final que tem que ser demonstrado e isso não está demonstrado, como muito bem disse a Senhora Presidente da Sétima Comissão que esta posição é uma posição intermédia. Sim senhora, damos luz verde a que continuem a desenvolver os trabalhos e os estudos necessários para que amanhã possamos analisar com muito mais cuidado aquilo que é finalmente o projecto que a Câmara tem para o novo espaço e naturalmente antes disso os peticionários serão ouvidos, como é lógico, e o parecer deles também será contido, é evidente, o parecer deles não é a decisão da Câmara nem é a decisão da Assembleia Municipal, é o parecer deles, que nós iremos ouvir e iremos ter em consideração.-----

----- Portanto, como foi bem dito Senhora Presidente, isto é um passo! É um passo que o PSD aprova e vamos ver quais são os outros. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Logo a seguir à votação a Mesa irá anunciar também o resultado da votação da eleição e Teremos que interromper os nossos Trabalhos para darmos lugar à sessão que deverá começar por volta das 6 horas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):**-----

----- “Aquilo que nos traz esta Petição, que desde já saudamos a iniciativa dos peticionários é uma questão que tem que ver com uma mudança de uma biblioteca, mudança de instalações.-----

----- Nós não temos por princípio qualquer reserva a que haja mudanças de instalações, mas para isso pressupõe-se que estamos a mudar para instalações com mais condições do que aquelas de onde saímos. Neste momento não creio que tenhamos condições para votar em consciência se realmente existem condições para esta mudança e portanto, na nossa opinião, embora concordemos genericamente com algumas conclusões da Sétima Comissão, não sentimos ter condições para votar num

sentido ou noutro, razão pela qual nos iremos abster neste momento, portanto, esperemos que este processo realmente continue.-----

----- Queria dizer aos peticionários que não considerem o resultado desta votação como qualquer coisa de definitivo, não é, não será nem a favor e nem contra a Petição porque o processo ainda não acabou, na nossa opinião deveria ter sido feito mais à frente, não agora, e não tenho dúvida nenhuma que todas as razões invocadas na Petição para que a mudança não se efectue serão tidas em conta pela Comissão, mais à frente, e certamente que esta Assembleia não votará uma mudança da Biblioteca se for para andar de cavalo para burro, passo a expressão. É tudo, muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto:** -----

----- “Eu vou ser muito breve e dar alguns esclarecimentos rápidos sobre esta questão da nova localização da Biblioteca da Penha de França.-----

----- Como já foi aqui referido várias vezes esta decisão de realocar a Biblioteca prende-se com a necessidade de espaço para a Junta de Freguesia, a nova Junta, que congrega, que integra a antiga Junta de Freguesia de São João e que para além disso integra e tem novas competências e como tal necessita de mais espaço para os seus funcionários, portanto, foi uma decisão tomada pelo Executivo Municipal esta de ceder a parte onde atualmente está instalada a biblioteca para o alargamento da Junta.-

----- Em segundo lugar queria realçar que é evidente que nós não aceitaríamos nunca um espaço que não considerássemos adequado para instalar a nova Biblioteca e, portanto, aquele espaço na Rua João Pedro Curado parece-nos adequado, é um espaço que do ponto de vista da localização da própria Freguesia é mais central, está junto de escolas, de outras escolas, não das anteriores, está junto de alguns lares da terceira idade, junto de um ATL que já existe e junto de um ATL que a própria Junta de Freguesia irá criar e, portanto, em termos de localização não há qualquer óbice, há a referida situação. -----

----- Depois também é evidente que nós nunca iríamos, a Câmara aprovou no mandato passado o Programa da Biblioteca 21, que determina uns determinados parâmetros de funcionamento das Bibliotecas Municipais e que define as orientações para que as bibliotecas vão ter face ao contexto actual que é o de uma sociedade do conhecimento e, portanto, todas as bibliotecas, quer as existentes que estão em remodelação, como por exemplo a do Palácio Galveias, que vai entrar brevemente em obras, quer as novas que são criadas, quer esta que será realocada, todas elas terão o seu programa funcional adaptado a essas novas valências e missões que o Programa Biblioteca 21 exige e, portanto, não há qualquer perigo de se deturpar a missão da biblioteca municipal, porque ela está definida nesse programa e a Câmara, a Divisão de Rede de Bibliotecas é uma Divisão com pessoas muitíssimo competentes, que já tem demonstrado a sua competência em várias situações, que aliás têm dado um desenvolvimento enorme à rede das bibliotecas de Lisboa durante todo o mandato anterior e porque essa foi uma bandeira do nosso mandato anterior e continuará a ser uma bandeira deste mandato, porque as bibliotecas de facto hoje são espaços de acesso à cultura que integram não só as tradicionais valências de empréstimo de livros, basicamente empréstimo e consulta de livros, mas também prestação de

serviços à comunidade, promoção das novas iliteracias, acesso à internet, portanto, há toda uma nova visão e missão que as bibliotecas hoje têm e que paulatinamente estão a ser englobadas nas bibliotecas rede de Lisboa e, portanto, é isso que nós também vamos fazer e neste novo espaço da Biblioteca da Penha de França, que naturalmente será um espaço diferente do anterior, terá algum do público da biblioteca anterior mas ganhará outros públicos novos também, em virtude da sua nova localização.-----

----- Neste momento o que eu posso dizer é que de facto o programa funcional e o projecto de obras estão a ser ultimados para responderem a esses requisitos do Programa Biblioteca 21 e, portanto, penso que não haverá qualquer, não estamos aqui para defraudar os cidadãos de Lisboa nem para criar menos condições de acesso à leitura, antes pelo contrário, nem nunca eu poderia validar uma situação que não fosse de melhoria de condições de acesso à cultura e ao conhecimento e de valorização da leitura, portanto, acho que posso tranquilizar os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Peticionários, tudo será feito para que os comentários e as sugestões que têm sido, têm vindo a ser apresentadas sejam incorporadas neste novo programa, na medida, algumas certamente que o são, outras com alguma dificuldade, mas a maior parte das recomendações sugeridas vão ser acauteladas, a Biblioteca vai ter um espaço maior do que a Biblioteca anterior e, portanto, acho que não há qualquer perigo de estarem postos em causa os fundamentos do Programa Biblioteca 21. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa então agora vai pôr à consideração aquilo que iremos votar, nós temos as conclusões do Parecer da Sétima Comissão, que foi aprovado por maioria, temos as Adendas do PCP e do PEV, que chamam a atenção para determinados aspectos que a Mesa também irá referir e basicamente em função disso veremos como vamos deliberar. -----

----- As conclusões do Parecer da Sétima Comissão afirmam que o espaço para as novas instalações terá capacidade para receber a Biblioteca desde que se cumpra um determinado número de condições, é isso que será posto à vossa consideração, e também dizem que uma vez que o programa funcional e o respectivo projecto ainda estão em fase de elaboração a Comissão deverá acompanhar esta matéria quando esses elementos forem remetidos.-----

----- Eu penso que esta questão é essencial, a Senhora Presidente da Sétima Comissão também o disse aqui que a Sétima Comissão estará disponível para ouvir os petiçãoários quando receberem estes documentos, portanto, esta questão, que era uma questão essencial na Adenda do PCP será resolvida na devida altura quando os documentos vierem e, portanto, é isso que eu deduzo dos documentos que tenho aqui na Mesa, portanto, o processo não fica encerrado hoje.-----

----- O documento que nós iremos pôr à votação, as conclusões do parecer da Sétima Comissão são condicionantes para a continuação do processo, mas o processo não se encerra hoje, como aliás o Senhor Deputado Municipal do PAN também fez questão de chamar a atenção, que até tinha dificuldade de se pronunciar por sentir que faltam elementos.-----

----- Portanto, como neste momento o que temos na Mesa é isto, é isto que vamos votar. A Mesa vai pôr à consideração da Assembleia as conclusões do parecer da Sétima Comissão, sendo que esse parecer tem em anexo as posições do PCP e do PEV, que foram aqui salientadas e, portanto, isso é do conhecimento de todos os Senhores Deputados Municipais.-----

----- Eu recordo que mandei distribuir as conclusões, mas recordo o que é que elas dizem, em primeiro lugar consideram que o espaço tem capacidade para receber a Biblioteca da Penha de França desde que o programa funcional e o respectivo projecto de execução respondam às necessidades que o conceito das Bibliotecas 21 promove; sugerem oito questões concretas: uma: a necessidade de contemplarem espaço para investigadores académicos e estudantes universitários; outra: que os 600 m2 do espaço exterior sejam utilizados como espaço útil e que possam vir a ser destinados ao público infante-juvenil e às famílias; três: que se tenham em conta as questões de segurança das instalações e insonorização das várias canalizações nos tectos do edifício; quarto: a criação de instalações sanitárias diferenciadas e para deficientes; cinco: o depósito de livros com fácil acesso à Biblioteca; sexto: uma instalação sem fios para todo o espaço da Biblioteca e espaços exteriores; sétimo: preparar o espaço para receber exposições temporárias; oitavo: manter um pólo da Biblioteca nas antigas instalações permitindo receber e entregar livros emprestados e manter ligação afetiva aos atuais utentes.-----

----- Por outro lado diz-se ainda aquilo que eu já referi como o programa e o respectivo projecto se encontram em fase de elaboração a Comissão aguarda que lhe sejam remetidos, esperando verem ser contempladas as suas sugestões.”-----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente submeteu à votação as conclusões do **Parecer da Sétima Comissão**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, CDS-PP, MPT, PNPV e 6 IND e abstenções de PCP, BE, PEV e PAN.-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Desde já agradeço aos peticionários a sua intervenção e em todo o caso lembro que o processo vai continuar, que a Sétima Comissão certamente os irá ouvir e que isto terá novos desenvolvimentos logo que venha o programa funcional sobre o qual nos possamos pronunciar em concreto.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)**, fez a seguinte declaração de voto.-----

----- “Apenas rapidamente para dizer que concordando com alguns dos pontos deste parecer e abstivemo-nos porque nos parece que o processo está longe de estar terminado. Queremos ter mais certezas, achamos que há um ponto sobre o envolvimento da população que tem que estar mais envolvido e que falta neste parecer e, portanto, não nos sentimos ainda confortáveis neste ponto do processo para dar uma voto favorável a este parecer e às conclusões que tira.-----

----- Manifestamos mais uma vez a vontade de acompanhar o processo e estamos disponíveis para todos os desenvolvimentos e futuros debates que possamos ter acerca deste assunto. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Nós estamos a chegar ao limite da nossa hora limite, em todo o caso a Mesa quer anunciar os resultados do Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, **a eleição do Representante para a Assembleia e Vogal do Conselho Consultivo do Centro Hospital Psiquiátrico de Lisboa**, o candidato é o Senhor Deputado Municipal André Moz Caldas e foi eleito com a seguinte votação: houve 58 votos, dos quais **47 a favor, 5 contra e 6 abstenções**.-----

----- Os pontos seguintes vão ter que ser adiados para a continuação da Sessão Ordinária, logo receberão depois a convocatória correspondente.-----

----- Eu agora peço instantemente aos Senhores Deputados Municipais e aos Senhores Vereadores que recolham todos os vossos documentos e pertences pessoais porque temos que preparar a sala para o Debate Temático sobre Transportes, que se vai seguir imediatamente, logo que a sala esteja preparada e em que teremos como oradores o Senhor Secretário de Estado e o Senhor Presidente da Câmara, que já chegou.” -----

----- Seguidamente, agradeceu a presença dos Senhores Deputados Municipais e deu por encerrada a reunião.-----

----- Eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, Chefe de Gabinete, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----